



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE

DEPARTAMENTO DE ENFERMAGEM

CURSO DE GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM

NINO CARVALHO VERAS

**ACESSO E ACESSIBILIDADE DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL NO
QUOTIDIANO DO TRANSPORTE PÚBLICO: CONSTRUÇÃO DE UM
INFOGRÁFICO ANIMADO**

FLORIANÓPOLIS

2024

NINO CARVALHO VERAS

**ACESSO E ACESSIBILIDADE DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL NO
QUOTIDIANO DO TRANSPORTE PÚBLICO: CONSTRUÇÃO DE UM
INFOGRÁFICO ANIMADO**

Trabalho de conclusão de curso, referente à disciplina:
Trabalho de conclusão de curso II NFR5182 do Curso
de Graduação em Enfermagem da Universidade
Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para
obtenção do Grau de Enfermeiro.

Orientadora: Dr^a. Adriana Dutra Tholl.

FLORIANÓPOLIS

2024

Ficha catalográfica gerada por meio de sistema automatizado gerenciado pela BU/UFSC.
Dados inseridos pelo próprio autor.

Veras, Nino Carvalho
ACESSO E ACESSIBILIDADE DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
VISUAL NO QUOTIDIANO DO TRANSPORTE PÚBLICO: CONSTRUÇÃO DE
UM INFOGRÁFICO ANIMADO / Nino Carvalho Veras ;
orientadora, Adriana Dutra Tholl, 2024.
92 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências
da Saúde, Graduação em Enfermagem, Florianópolis, 2024.

Inclui referências.

1. Enfermagem. 2. pessoas com deficiência visual. 3.
acessibilidade arquitetônica. 4. tecnologia da informação.
5. atividades cotidianas. I. Tholl, Adriana Dutra. II.
Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em
Enfermagem. III. Título.

Nino Carvalho Veras

**ACESSO E ACESSIBILIDADE DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL NO
QUOTIDIANO DO TRANSPORTE PÚBLICO: CONSTRUÇÃO DE UM INFOGRÁFICO
ANIMADO**

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para a obtenção do Título de “Enfermeiro” e aprovado em sua forma final pelo Curso de Graduação de Enfermagem da Universidade Federal de Santa Catarina

Florianópolis, 28 de novembro de 2024

Prof^ª Dra. Margarete Maria de Lima
Coordenadora do Curso de Graduação de Enfermagem

Prof^ª. Dra. Adriana Dutra Tholl
Presidente Orientadora
Universidade Federal de Santa Catarina

Banca Examinadora

Prof^ª. Dra. Rosane Gonçalves Nitschke
Membro Efetivo
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof^ª. Dra. Maria Lígia dos Reis Bellaguarda
Membro Efetivo
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof^ª. Dra. Ariane Thaise Frello Roque
Membro Suplente
Universidade Federal de Santa Catarina

Florianópolis, 2024

Dedico este trabalho a todos os pacientes com deficiência visual, aos seus familiares, bem como a todos os profissionais da saúde pela grande participação em minha vida acadêmica.

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente ao meu bom **Deus**, autor da vida e detentor de todo o poder que rege todo o universo, desde sempre e eternamente. Obrigado por me guiar pelo bom caminho, em meio às dificuldades de uma família grande e sem uma figura paterna para poder contar em muitos momentos difíceis que tive que passar, mas sempre sentindo o teu cuidar de Pai criador e sempre presente que és.

À minha amada e guerreira mãe **Rosilene Carvalho Veras** (in memóriam), que foi minha mãe, meu pai, meu porto seguro durante muitos anos. Com a senhora, aprendi a fazer o bem, a buscar bons caminhos, boas companhias, a ser disponível, a nunca desistir, a seguir os meus sonhos, mesmo sendo necessário ter que morar longe de casa tão cedo a fim de seguir os meus estudos em Letras-Francês na UFSC e na França. A senhora não ficou para ver, mas fui trabalhar no Canadá, cuidando de pessoas, e tal experiência me levou - sem que eu percebesse - a uma das profissões mais lindas e humanas que é a Enfermagem.

Aos meus **irmãos e irmãs** e familiares, que sempre me encorajaram a continuar, me proferindo palavras positivas e de orgulho que me fizeram e me fazem seguir com mais coragem, por mais difícil que possa ser. Vocês falam que se orgulham de mim, mas eu que me orgulho por tê-los como irmãos e sempre por perto, mesmo morando tão longe de vocês, estão sempre nos meus pensamentos.

À minha irmã **Gildete Carvalho Veras**, minha grande incentivadora a estudar desde o primeiro dia em que entrei em sala de aula, quando criança. Obrigado por ter cuidado de nós, fazendo o papel de nossa segunda mãe quando a nossa amada mãe precisava trabalhar. Tu moras no meu coração, mana amada!

Ao meu companheiro **Jean Carlo Tomio de Oliveira**, um anjo bom que Deus colocou no meu caminho para preencher uma lacuna que me faltava. Te agradeço por ser tão compreensível e me apoiar em minhas decisões e sonhos. Desde o início desse trilhar tu és a prova de como não foi fácil, mas te confesso que contigo tudo se tornou mais leve por eu saber que sempre estás ao meu lado, me dando o suporte de que preciso, sendo meu conselheiro e incentivador em momentos de fragilidades. Seguiremos o nosso propósito de seguir sempre cuidando um do outro. Te amo imensamente!

À minhas colegas de turma: **Ana Comann, Fernanda Koerich e Luiza Sheyla Wil**, meu grupinho predileto de estudos aos finais de semana. Vocês foram essenciais em muitos momentos dessa minha trajetória e nunca me esquecerei da nossa parceria. Adoro vocês de paixão!

À minha orientadora **Dra: Adriana Dutra Tholl**. Muito obrigado por ter dito “sim” quando te convidei para me orientar nesse projeto. És uma pessoa iluminada que nos transmite além daquilo que já sentimos em relação ao cuidado de pessoas. Sempre nos incentiva com palavras positivas e animadoras e, aos poucos, vai nos impulsionando rumo à concretização daquilo que, no início, era só uma ideia, fazendo tudo virar um projeto lindo e de grande resultado ao ponto de atingir além do objetivo esperado.

À **Secretaria Municipal de Transportes e Infraestrutura de Florianópolis** por me permitir realizar a coleta de dados no terminal de integração do centro de Florianópolis – TICEN.

Aos **profissionais** do transporte público de Florianópolis e aos **usuários videntes e PcDV** do transporte que se dispuseram a participar da coleta de dados para que essa pesquisa pudesse seguir o cronograma, chegando ao resultado que tivemos.

A todos os **professores** que fizeram parte da minha formação no curso de enfermagem, desde aqueles que compõem o quadro de professores do CCS àqueles de outros departamentos, mas que colaboraram, de alguma forma, para a minha formação.

À **Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC**, pelo ensino de qualidade, bem como por todos os serviços prestados a fim de eu poder chegar a esse momento de cumprimento, satisfação e orgulho por tudo que me foi oferecido por essa instituição.

Aos **funcionários** efetivos, temporários e terceirizados da UFSC. Vocês complementam, com honra, essa minha formação.

Ao **CNPQ** pela verba muito bem vinda para arcar com pagamento dos serviços de edição do infográfico.

À professora **Dra: Simone Vidal Santos**, pela disponibilidade a trabalhar conosco com muita paciência, profissionalismo, seriedade e capricho no desenvolvimento do infográfico.

Às professoras, membros efetivos e suplentes da banca: **Dra. Maria Lígia dos Reis Bellaguarda; Dra. Soraia Dornelles Schoeller e Dra. Ariane Thaise Frello Roque**, por terem aceito compor esta banca, fazendo parte desse momento único.

O meu muito obrigado!

Epígrafe

*“A mais honrosa das ocupações é servir aos outros e ser útil ao maior número de pessoas”
(Montaigne, 2006).*

RESUMO

Introdução: Pessoas com deficiência visual enfrentam em seu cotidiano barreiras arquitetônicas e atitudinais que impedem e/ou dificultam sua participação social em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas. No transporte público essas barreiras somam-se à necessidade de auxílio e/ou direcionamento ao seu destino, visto a necessidade de mudança de plataforma, bem como o acesso e a acessibilidade livre de obstáculos. **Objetivo:** Construir um infográfico animado para a redução de barreiras arquitetônicas e atitudinais no cotidiano da pessoa com deficiência visual no transporte público. **Método:** Trata-se de uma pesquisa metodológica, de abordagem qualitativa, que foi desenvolvida entre os meses de abril e maio de 2024. Participaram da pesquisa 10 profissionais do transporte público e 10 usuários deste mesmo serviço. A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas individuais, guiadas por um modelo semiestruturado e analisado por meio da Análise de Conteúdo. O infográfico animado foi desenvolvido em três etapas: revisão da literatura; entrevistas com usuários e profissionais do transporte público e construção do infográfico animado, que compreendeu as fases de pré-produção; produção, pós-produção e implementação. **Resultados:** Apontadas como estratégias ao acesso e à acessibilidade da pessoa com deficiência visual no transporte público, a solidariedade orgânica que acolhe e auxilia; movimentos de aproximação que permitem o exercício de se colocar no lugar do outro, ser empático, e respeitoso. E estratégias prático-sensíveis que correspondem a ter uma pessoa referência para orientar o local de embarque; acesso bem definido, seguro e livre de obstáculos; alerta sonoro; sensibilização para usuários e profissionais quanto as necessidades da pessoa com deficiência visual e acesso facilitado na presença do cão-guia.

O infográfico animado “Seja os olhos de alguém por um momento do dia”, em formato MOV - formato de arquivo para o player Quick Time (metrônomo digital) - legendado, apresenta dimensões 1920 x 1080 *pixels*, duração de 02 minutos e 25 segundos, áudio estéril e cores em HD – alta definição. Das categorias resultantes, foram apontadas como estratégias para o acesso e à acessibilidade da pessoa com deficiência visual no transporte público, as Dimensões sensíveis: solidariedade orgânica: olhos que acolhem; movimento de aproximação: colocar-se no lugar do outro; pessoa referência para orientar o local de embarque e Dimensões físico sensoriais: acesso bem definido, seguro e livre de obstáculos; alerta sonoro; trabalho de sensibilização para usuários e profissionais e acesso facilitado na presença do cão-guia. **Considerações finais:** O infográfico animado apresenta informações e estratégias de acesso e acessibilidade à pessoa com deficiência visual no transporte público que destacam a

necessidade de promover um ambiente seguro, acessível e inclusivo, em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, nomeadamente no que diz respeito à *redução de desigualdades e cidades e comunidades sustentáveis*.

Palavras-chave: pessoas com deficiência visual, cuidado de enfermagem, tecnologia da informação, meios de transporte, acessibilidade arquitetônica, diversidade, equidade e inclusão, atividades cotidianas.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACIC	Associação Catarinense de Integração ao Cego
ACT	Admissão por Caráter Temporário
AAMABAS	Associação de Atendimento à Criança Deficiente Visual Manuella Bastos Silva
CADI	Centro de Aprendizagem e Desenvolvimento Infantil
CEPSH	Comitê de Ética e Pesquisa com Seres Humanos
CRPC	Centro de Reabilitação Profissionalização e Convivência
DECS	Descritores em Ciências da Saúde
FCEE	Fundação Catarinense de Educação Especial
LBI	Lei Brasileira de Inclusão
NANDA	<i>North American Nursing Diagnosis Association</i>
NBR	Norma Brasileira Regulamentadora
ONU	Organização das Nações Unidas
OMS	Organização Mundial de Saúde
PPP	Plano Político Pedagógico
SAE	Sistematização de Assistência de Enfermagem
SCIELO	<i>Scientific Electronic Library Online</i>
TCLE	Termo de consentimento livre e esclarecido
SETUF	Secretaria de Transporte Urbano de Florianópolis
TICEN	Terminal de Integração do Centro de Florianópolis
CPF	Cadastro de Pessoa Física
RG	Registro Geral
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
SEMTI	Secretaria Municipal de Transportes e Infraestrutura
PcD	Pessoa com Deficiência
PcDV	Pessoa com Deficiência Visual
DV	Deficiência Visual
PE	Profissionais Entrevistados
UE	Usuários Entrevistados
NUPEQUIS-FAM-SC	Laboratório de Pesquisa, Tecnologia e Inovação em Enfermagem, Quotidiano, Imaginário, Saúde e Família de Santa Catarina

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	14
2. OBJETIVOS.....	19
2.1 Objetivo Geral.....	19
2.2 Objetivos Específicos.....	19
3. REVISÃO NARRATIVA DE LITERATURA.....	20
3.1 O QUE DIZ A LEI SOBRE A ACESSIBILIDADE.....	20
3.1.1 Tecnologias de acessibilidade às pessoas com deficiência visual.....	22
3.2 O ENFERMEIRO E OS CUIDADOS AO DEFICIENTE VISUAL.....	24
3.3 ASSOCIAÇÕES DE APOIO À PESSOA COM DEFICIÊNCIA VISUAL EM FLORIANÓPOLIS.....	27
3.3.1 Associação Catarinense de Integração de Cego (ACIC)	27
3.3.2 Associação de Atendimento à Criança Deficiente Visual Manuella Bastos Silva (AAMABAS)	30
4. REFERENCIAL TEÓRICO.....	32
5. MÉTODO.....	35
5.1 TIPO DE ESTUDO.....	35
5.2 LOCAL DE ESTUDO.....	36
5.3 PARTICIPANTES DO ESTUDO.....	37
5.4 COLETA DE DADOS.....	37
5.4.1 Primeira etapa: Revisão da Literatura.....	38
5.4.2 Segunda etapa: entrevista com usuários e profissionais do transporte público.....	38
5.4.3 Terceira etapa: produção do infográfico animado.....	39
5.4.4 Quarta etapa: Implementação da tecnologia.....	43
6. ASPECTOS ÉTICOS.....	44
7. RESULTADOS.....	46
7.1 Manuscrito 1.....	47
7.2 Infográfico Animado	62
7.3 Imagens das cenas do Infográfico animado.....	63
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	64

9. REFERÊNCIAS.....	67
APÊNDICE A - INSTRUMENTO PARA COLETA DE DADOS DOS PROFISSIONAIS DO TRANSPORTE PÚBLICO.....	77
APÊNDICE B - INSTRUMENTO PARA COLETA DE DADOS DOS USUÁRIOS DO TRANSPORTE PÚBLICO	78
APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PROFISSIONAIS DO TRANSPORTE PÚBLICO (TCLE)	79
APÊNDICE D – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO USUÁRIOS DO TANSPORTE PÚBLICO (TCLE).	81
APÊNDICE E – CATEGORIZAÇÃO DOS RESULTADOS DA COLETA DE DADOS.....	83
APÊNDICE F– ROTEIRO DO INFOGRÁFICO.....	84
ANEXO A - AUTORIZAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA CIENTÍFICA.....	86
ANEXO B – PARECER DO CEPESH/UFSC.....	87
PARECE FINAL	92

1.INTRODUÇÃO

A noção de acesso e acessibilidade foi se modificando ao longo do tempo. No âmbito da saúde, o acesso está ligado aos princípios de equidade, integralidade e universalidade do Sistema Único de Saúde (SUS), de modo a reconhecer a necessidade de interação entre sistemas de saúde, indivíduos, famílias e comunidades onde vivem. Logo, acesso e acessibilidade são termos complementares (Starfield, 2004), sendo a acessibilidade a ausência de barreiras organizacionais para se conseguir atenção à saúde (Melo, 2016).

Buscou-se utilizar neste estudo uma linguagem inclusiva, a fim de evitar estereótipos, preconceitos ou discriminação (Fischer, 2020). De acordo com os princípios da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência (PcD) (Brasil, 2014), o direito de igualdade de oportunidades, caracterizado pelo meio físico e cultural, moradia e transporte, serviço social e de saúde, educação e de trabalho, vida cultural e social, inclusive instalações desportivas e de lazer, precisa ser acessível a todos.

Um dos desafios das cidades tem sido garantir e efetivar esse princípio nos diversos espaços públicos urbanos. Possivelmente, por falta de corpo técnico capacitado, recursos financeiros e/ou vontade política para colocá-lo em prática via mecanismos de acessibilidade disponíveis. Esse princípio pode ser atingido quando os espaços são projetados para serem desfrutados de forma multissensorial, isto é, projetar espaços acessíveis para mais pessoas e suas diferentes condições físico-sensoriais (Herssens, 2011).

Outro desafio consiste em como as pessoas com deficiência se percebem no cotidiano de uma cegueira social, quando se trata do princípio de igualdade de oportunidades, defendido pela Convenção sobre os Direitos da PcDV (Brasil, 2014). De acordo com a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (PcD), nº 13.146/2015, considera-se PcD aquela pessoa que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (Brasil, 2015).

Neste pensar, é preciso refletir sobre as barreiras arquitetônicas e atitudinais que impedem e/ou dificultam a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas. Dentre os tipos de deficiência, chamamos atenção para a deficiência visual (DV), que consiste no comprometimento total ou parcial da capacidade visual de um ou ambos os olhos, que não consegue ser corrigida ou melhorada com o uso de lentes ou de tratamento clínico ou cirúrgico. Baseia-se em valores quantitativos de

acuidade visual e/ou do campo visual para definir clinicamente a cegueira e a baixa visão (Brasil, 2014).

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), em muitos países, estima-se que, para cada milhão de habitantes, haja 5.000 cegos e 20.000 deficientes visuais. Pelo menos dois terços destes casos são devido a causas tratáveis como catarata, defeitos refrativos, retinopatia diabética, cegueira infantil, glaucoma, oncocercose ou tracoma, mais conhecida como cegueira dos rios ou mal do garimpeiro (OMS, 2023).

A PcDV enfrenta uma constante falta de informação sobre o ambiente, principalmente em locais onde nunca estiveram. A carência de ajuda para suprir a falta de informação cria situações em que a pessoa com dificuldade só resolve recorrendo ao auxílio de outras pessoas. Alguns exemplos são identificação de presença de pessoas, informações escritas e outros detalhes de rotina. (Rodrigues; Duarte; Guerreiro, 2020). Tais desafios são acrescidos das barreiras físicas, adaptação ao processo educacional e inserção na sociedade até atividades da rotina diária, como vestir-se, alimentar-se e realizar a higiene pessoal, entre outros. (Ortega, 2019).

O número de PcDV no mundo, entre 1990 e 2015, passou de 30,6 milhões, para 36,6, em 2015, isso quer dizer que esse número aumentou em 17,6%, nos últimos 25 anos e espera-se que se alcance a marca dos 114,6 milhões de pessoas, até 2050 e desses, 90% viverão em países pobres ou em desenvolvimento (Amorim; Medeiros Neta; Guimarães, 2020). Só no Brasil, há 7,2 milhões de pessoas atingidas pela DV, representando 58% das deficiências ao todo, entre adultos e idosos, sendo a forma adquirida a mais presente, chegando a 91% do total (Amorim; Medeiros Neta; Guimarães, 2020).

A visão é tida como sendo um dos mais sensíveis e essenciais dos cinco sentidos para o ser humano, nas quais várias interações levam o indivíduo ao objetivo do seu interesse, seja nas interações interpessoais e sociais, nas situações presenciais, enquanto que a PcDV usa de estratégias não verbais para a interação, a exemplo de expressões faciais, gestos, dentre outros que, além de auxiliar no seu contato social e na sua independência, facilita em outras condições de sua saúde (Rodrigues; Bruno; de Oliveira, 2023).

A perda da visão pode ocorrer em fases distintas da vida, a exemplo de fatores adquiridos, de doenças oculares ou motivadas por acidentes e por fatores hereditários, de modo que o indivíduo passa a se ver em situações de dependências de terceiros, modificando o seu desempenho no que concerne suas tarefas, até então, realizadas sozinho, passando a procurar estratégias de adaptações a essa perda, (Barczinski, 2001). A renda, acesso à educação, ao

trabalho, além do risco aumentado de morte, sobretudo na população mais velha, que impacta em sua qualidade de vida, aumentam as chances de desenvolver comorbidades, comprometimento cognitivo e acidentes (Oliveira, *et al.*, 2022).

Com isso, destacamos os avanços do uso das tecnologias que contribuem para que elas sejam usadas para auxiliar as ações diárias de diversa áreas, com destaque às Tecnologias em Saúde que são técnicas, protocolos, sistemas e dispositivos que são implementados no contexto da saúde. Tais tecnologias auxiliam os profissionais na prestação de cuidados nas áreas de prevenção, promoção e reabilitação dos mais diversos grupos da sociedade (Engela *et al.*, 2018).

O uso da internet, considerado por Favoretto *et al.*, (2019), do computador e de dispositivos móveis são excelentes ferramentas para a divulgação de informações em saúde e podem favorecer o processo de educação em saúde, a exemplo dos infográficos, que se tornaram um meio prático e eficaz de obtenção de informações para tornar o tratamento ainda mais tecnológico. Recentemente, tem sido amplamente utilizado no jornalismo, mas vem ganhando espaço em outras áreas, principalmente na área da saúde, destaque na enfermagem, pois se bem utilizado pode ser integrado ao cuidado (Lyra *et al.*, 2016).

Assim, a educação em saúde por meio das tecnologias possibilita a ampliação do conhecimento das pessoas e pode ser utilizada pelo enfermeiro e equipe multiprofissional, sendo considerada instrumento confiável e de fácil uso, com potencial para auxiliar a compreensão dessas pessoas, influenciando positivamente na promoção da assistência integral (Sousa *et al.*, 2022).

Entre as tecnologias existentes, tem aquelas com ênfase na busca de inclusão para a PcDV, a fim de facilitar o seu acesso aos meios disponibilizados a toda à sociedade, a exemplos de dispositivo óptico-mecânico para transcrição de textos em braile; terminal de autoatendimento específicos; aparelhos de multimídia de dispositivos de computação; leitor para rótulo de embalagem; *speakcode*; equipamentos e os sistemas que visam a superar as dificuldades existentes na atualidade permitindo além de uma relação mais igualitária junto à sociedade, porém, poucos desses estudos são da ordem de trabalhar com pessoas diminuindo as barreiras atitudinais ante as PcDV (Cunha; Santos, 2022).

Uma das tecnologias em saúde refere-se aos infográficos que são considerados objetos espaciais de design que usam ícones e códigos verbais para criar informações amplas e precisas. Junto com as imagens, o texto é entendido como uma das melhores formas de apresentar as informações de forma mais clara e didática (Laste, 2016). Para Arcia *et al.*, (2016) a criação de

infográficos sobre o tema da saúde tem propósitos diversos, desde informar a população sobre questões de saúde pública, assim como auxiliar na condução de tratamentos.

Meu interesse pelo desenvolvimento do estudo do tema em questão, surgiu da observação do cotidiano da PcDV ao transitar, no meu cotidiano, pelo Terminal de Transporte Público. Percebi barreiras arquitetônicas e atitudinais que comprometiam e comprometem o direito de ir e vir dessas pessoas. Ao fazer o trajeto da minha casa à universidade, utilizo o transporte público e percebo PcDV circulando pelo TICEN com a necessidade de trocar de plataforma para chegarem ao seu destino de trabalho, escola, faculdade, à UBS ou mesmo ao Hospital.

No entanto, o que me chama a atenção e me provoca inquietação é o fato de a PcDV, não ser vista e/ou percebida em sua necessidade de auxílio/direcionamento pelos usuários que circulam diariamente pelo TICEN, de forma acelerada ou fixos em telas de celulares. Ademais poucas pessoas se aproximam e/ou oferecem auxílio e, o que se vê, são PcDV se esbarrando em obstáculos, o que caracteriza que vivemos no meio de uma cegueira social, a qual foge dos nossos olhos, a dor de um alguém que, pela sua limitação, percebe-se em meio à essa cegueira que o priva de seus direitos de cidadão inserido na sociedade.

Para além das suas limitações impostas pela condição de baixa visão ou cegueira, os pisos táteis, que servem como guia para as PcDV, ficam constantemente obstruídos por filas de passageiros que aguardam os ônibus nas plataformas, concorrendo com o seu espaço. Não obstante, vemos esse público chocando-se com outros usuários que ocupam os pisos táteis, ou mesmo, tropeçando em bagagens/mochilas deixadas no trajeto.

Neste sentido, percebo que a principal causa relacionada à falta de acesso e acessibilidade da PcDV nos terminais de transporte público, se dá pela ausência de observação quanto às suas necessidades e de como auxiliá-las, bem como o não cumprimento dos direitos assegurados. Por isso, compreender a importância da luta da pessoa com deficiência visual pela sua autonomia, considerando que a mesma depende de outra pessoa para usar o transporte público, por não ter a informação exata sobre a sua localização, é tornar o transporte público mais acessível e seguro, reduzindo as desigualdades.

Na contramão desta cegueira social, quando me aproximo de uma PcDV, pergunto se o mesmo aceita auxílio, prontamente recebo uma resposta positiva, seguida de um agradecimento. Em meio às várias experiências tidas em conversas rápidas com esse público, grande parte, diz que este é um ato simples, mas contraditoriamente, é uma raridade, embora

tenha grande importância em seu cotidiano. Também definem como “algo grande, que muda o seu dia”.

O respeito às suas necessidades, o acolhimento e a busca por informações que nos ensinam como auxiliar a PcDV são os primeiros passos para a inclusão. Frente ao exposto, fez-se necessário a criação de um infográfico animado com o objetivo de fornecer aos usuários e profissionais de um terminal de transporte público, algumas orientações e estratégias de aproximação, a fim de auxiliar a PcDV a seguir seu trajeto e/ou desviá-la das barreiras arquitetônicas, contribuindo para a sua autonomia e segurança, livre de obstáculos.

Neste pensar, destaca-se como questões norteadoras da pesquisa: Como os usuários e os profissionais de um terminal de transporte público de Florianópolis percebem o acesso e a acessibilidade da pessoa com deficiência visual (PcDV) no cotidiano? Quais orientações devem compor um infográfico animado, pode colaborar com o acesso e a acessibilidade da pessoa com deficiência visual (PcDV) no cotidiano de um terminal de transporte público?

Considerando o cotidiano como a “Maneira de viver dos seres humanos no presente através de interações, valores, crenças, símbolos e imagens, que se ligam em um movimento de ser saudável e adoecer, mostra que o cotidiano não é apenas um cenário, mas as cenas do viver e do conviver. (Nitschke *et al.*, (2017, p.8). Neste pensar, Maffesoli (2012) reitera que a sociologia da vida cotidiana e a razão sensível nos ensinam que tudo o que é humano merece ser objeto de nosso estudo. Ao olharmos para as tecnologias de comunicação, como uma estratégia de cuidado, o infográfico animado pode colaborar com o acesso e a acessibilidade da PcDV no transporte público, visto que para Maffesoli (2001), as tecnologias estimulam o imaginário das pessoas e direcionam nosso olhar.

Para tanto, tem-se como objetivo da pesquisa: Construir um infográfico animado para a redução de barreiras arquitetônicas e atitudinais no cotidiano da pessoa com deficiência visual no transporte público.

2.OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

Construir um infográfico animado para a redução de barreiras arquitetônicas e atitudinais no cotidiano da pessoa com deficiência visual no transporte público.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Identificar junto aos usuários do terminal de transporte público, sua percepção quanto ao acesso e a acessibilidade da pessoa com deficiência visual.

Conhecer junto aos trabalhadores de um terminal de transporte público no sul do Brasil, sua percepção quanto ao acesso e a acessibilidade da pessoa com deficiência visual.

3. REVISÃO NARRATIVA DA LITERATURA

Para a fundamentação da pesquisa, realizamos uma revisão narrativa com intuito de identificar produções científicas desenvolvidas na temática em questão. A revisão narrativa apresenta uma temática mais aberta, a qual parte de uma questão específica bem definida e não exige protocolo rígido para sua confecção, visto que a busca das fontes não é pré-determinada e específica sendo, normalmente, menos abrangente, a seleção dos artigos é arbitrária, isto é, ela depende da vontade ou arbítrio daquele que age, provendo o autor de informações sujeitas a viés de seleção, com grande interferência da percepção subjetiva (Sousa, 2023).

Os descritores de saúde e termos relacionados utilizados para essa revisão de literatura são os seguintes: pessoas com deficiência visual (PcDV), cuidado de enfermagem, tecnologia da informação, lei de atenção à pessoa com deficiência visual, transporte público e acessibilidade. A busca foi realizada no decorrer do segundo semestre de 2023, sendo utilizadas as bases de dados Google Acadêmico, SciELO, Lilacs e Pubmed, utilizando o filtro de temporalidade dos últimos cinco anos, isto é, de 2019 a 2024, nos idiomas português e inglês para a busca do tema, no entanto, considerou-se publicações mais antigas, buscando abranger as políticas de atenção à pessoa com deficiência.

3.1 O QUE DIZ A LEI SOBRE O ACESSO E A ACESSIBILIDADE

Iniciaremos esse parágrafo, enfatizando o conceito saúde, pois só após a Segunda Guerra Mundial, se formou o consenso mundial de saúde, quando a ONU e a OMS foram criadas, período em que o conceito de saúde passa a ter sua referência, isto é, a saúde passa a ser vista não só como a “ausência de enfermidade”, mas como “o bem-estar físico, mental e, também, social; é quando a responsabilidade de garantir essas condições passa a ser do estado: a garantia ao acesso, à promoção e à proteção da saúde. É quando a deficiência já não é mais vista como um problema exclusivo da saúde, mas de questão de natureza humana, bem como de direitos humanos (Souza, 2022).

Pessoas com deficiência (PcD) são aquelas com impedimento a longo prazo de diversas naturezas: física, mental, intelectual ou sensorial que certas barreiras dificultam sua inserção de fato na sociedade igual as demais pessoas (Souza, 2022).

Sabemos que existem leis, decretos e portarias que resguardam e apoiam o direito à promoção da acessibilidade tratando-se de dispositivos que garantam direitos e normatizam

parâmetros para acessibilidade às PcD. Há quem diga que essas normas fazem com que o Brasil seja o país com uma das melhores ou mais completas legislações do globo, apesar da falta de implementação que se perpetua para fazê-las valer, de fato (Sabrina, 2023).

Ouvimos muito falar sobre direitos e inclusão por vários públicos que sofrem discriminação ou preconceito e, no que tange o direito ao acesso, não é diferente, até porque a Declaração dos Direitos Humanos prega que todos os indivíduos possuem os mesmos direitos, devendo a nós darmos ênfase na prestação de auxílio e cuidados aos deficientes, sobretudo os visuais (Lima, 2022). Esse direito de ir e vir, é garantido ao indivíduo, direito pautado nos ideais franceses: “*Liberté, Égalité, Fraternité*” (Liberdade, Igualdade, Fraternidade) que trazem uma ideia de inclusão democrática, conquistada, ainda, no século XVIII, na Revolução Francesa (1789), servindo de modelo para várias Constituições, a exemplo da brasileira (Cerewuta *et al.*, 2021).

Um dos direitos garantidos ao deficiente é o direito à acessibilidade, pois só assim ele participa da vida do Estado, e sem essa participação, torna-se um ser excluído, socialmente falando, fora do jogo social (Nishiyama, 2022). Já para Pinto (2020), falar em acessibilidade, é falar em criação de espaços que proporcionem condições necessárias para PcDV, independentemente de sua idade, a fim de oferecer tratamento com igualdade de direitos, dando a cidadania, segundo os princípios do Desenho Universal. O Desenho Universal tem como conceito propor a criação de espaços com uso democrático (Pletsch, 2021)

Pela Constituição de 1988, objetiva-se a garantia dos direitos sociais e individuais dos cidadãos, sobretudo das pessoas portadoras de deficiência, define também a competência da União, Estados e do Distrito Federal em legislar sobre a proteção e integração social dessas pessoas, além de cuidar da saúde e da assistência pública direcionadas das mesmas (Brasil, 1988).

Falando das leis mais completas sobre acessibilidade, no Brasil temos o estatuto da pessoa com deficiência, também conhecido como LBI (Lei Brasileira de Inclusão), aprovado em 2015, que passou a valer em 2016, vindo completar a Lei Nº 10.098. Ela foi inspirada no protocolo da Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, dando direito à educação, transporte e saúde, lazer, além de garantir acesso à informação e punir aqueles que descumprem tal lei (Brasil, 2015).

O acesso a pessoas com deficiência é garantido por leis e normativas, como a Norma Brasileira Regulamentadora, a NBR 9050/15 de acessibilidade e da NBR 16537/16 que fala sobre sinalização do piso tátil. Tais normas apresentam o modo de projetar os equipamentos de

forma geral para os deficientes físicos (DF). Tem, também, as normas de referência, como a NBR 9077, que trata sobre saídas de emergência em edifícios e a NBR 11785, a qual fala sobre barras antiderrapantes, entre outras. Dentro da NBR 9050/15 existem tópicos específicos para PcDV, os quais têm o intuito de melhorar os espaços, tornando-os mais seguros e acessíveis. Ele expõe os riscos de mobiliários sinalizados de maneira incorreta, altura incoerente e proteções nas rotas acessíveis (Pereira, 2019).

A lei Federal 10.098, a qual estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção voltada à acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência ou que tenham mobilidade reduzida, foi sancionada só em dezembro de 2000, o que nos mostra ser algo ainda muito recente, levando em conta a importância desse direito desde sempre (Eli et al., 2020). Essa lei prega a eliminação de obstáculos e barreiras em vias e espaços públicos, dentre eles, mobiliários urbanos, edifícios, meios de transporte e comunicação que impeçam a mobilidade efetiva das (PcD).

3.1.1 Tecnologias de acessibilidade à pessoa com deficiência visual

A tecnologia pode ser entendida como o resultado de um processo baseado na experiência cotidiana e na pesquisa usada para desenvolver um corpo de conhecimento científico para a produção de bens materiais ou para inspirar a intervenção em situações específicas da prática. Sendo assim é importante avaliar e controlar sistematicamente todo o processo (Souto *et al.*, 2022).

As transformações tecnológicas têm levado ao aumento das oportunidades de acesso à informação, comunicação e escolarização das PcDV. Se trata de transformações que permitem a esse público o acesso ao conhecimento a fim de desenvolverem a autonomia e participação da vida cultural de sua comunidade, o que podemos denominar como processo de inclusão digital e social (Bruno, 2019). No Brasil, tem-se falado em política de inclusão de PcD com foco em tecnologias para a eliminação das barreiras atitudinais, na comunicação e na aprendizagem, apesar de as barreiras atitudinais nem sempre serem foco principal das problemáticas que envolvem o público de PcDV (Bruno, 2019).

Infelizmente, para as barreiras atitudinais serem quebradas, faz-se necessário chamar a atenção da população que, em sua preocupação cotidiana, parecem não perceber as pessoas, as coisas, os fatos e atos que a cerca. E suma, a população, em sua maioria, não expande o seu olhar ao ponto de perceber o outro tão próximo a ela. Como a infografia tem o papel de

facilitador para a comunicação, esta, até então, ineficaz devido a entraves diversos, ela vem ampliar o potencial de compreensão das pessoas, permitindo que elas tenham uma visão global dos acontecimentos e detalhando informações, antes, menos familiares ao público (Bruno, 2019).

Outro exemplo de uso da tecnologia é quando se produzem comerciais televisivos procurando chamar, de alguma forma, a atenção das pessoas, mostrando PcDV sendo inseridos no cotidiano social, como no comercial “Colgate o Poder do Sorriso” de 2023, onde um garoto com DV é derrubado acidentalmente, no recreio, pelos colegas que não o percebem e, após, o acolhem prontamente o convidando para ficar com eles. O comercial do dia das mães do “Chocolates Lacta” onde o garoto escreve “eu te amo”, em Braille, com os cubos da barra de chocolate para que a mãe com DV. Esse tipo de tecnologia nos mostra formas rápidas de educação atitudinal, procurando sensibilizar o indivíduo através da mídia.

A infografia veio com as inovações da impressão, através do aumento da vasta utilização do computador, ocupando espaço cada vez maior nos veículos de comunicação, sobretudo impressa com fotos e imagens ilustradas, dando à mídia um ar mais didático. A imagem é mais valorizada, na infografia, visto que ela se identifica mais com a população, por ser mais visual que escrita, por ser assimilada em pouco tempo e por ser de fácil compreensão, cumprindo seu papel, que vai além da animação para a informação (Módolo, 2007).

Dentro da tecnologia, existem as tecnologias leves, que são tecnologias de relações humanas (construção de conexões e relacionamentos, empoderamento, aceitação, gestão dos processos de trabalho); tecnologias leves-duras como conhecimentos bem estruturados que funcionam na área da saúde e que incluem os científicos específicos (como clínica médica, psicanálise, epidemiologia, vídeos educativos, folhetos, cartazes) e tecnologias duras, a exemplo de dispositivos técnicos, máquinas, normas e estruturas organizacionais (Merhy *et al.*, 2020)

Vale frisar que a ética do cuidado é tudo aquilo que é feito a fim de ajudar uma outra pessoa para que ela desenvolva e sobreviva em sociedade, isso inclui suas necessidades biológicas vitais e o manter suas capacidades básicas aliviando ou mesmo tratando e evitando dor e sofrimento, destacando-se assim a importância do papel do enfermeiro. Além de a ética do cuidado, se faz crucial entender a independência como sendo parte das relações humanas (Assunção, 2023).

O uso das tecnologias é crescente na área assistencial do enfermeiro, porém necessita que este esteja em busca constante de educação continuada e/ou permanente a fim de unir a

tecnologia com o uso de novas ferramentas tecnológicas ao seu cotidiano do trabalho. É importante refletir sobre as possíveis dificuldades que o enfermeiro pode ter em relação à inserção de novas ferramentas, podendo haver possíveis barreiras iniciais por parte de outros profissionais, o que desafia a sua efetividade (Costa *et al.*, 2019). No mais, destaca a contribuição e impacto das tecnologias de educação em saúde para a prática profissional quando aplicadas em processos educativos, o que pode levar a superar os desafios cotidianos do trabalho (Pavinati *et al.*, 2022).

As tecnologias educativas são necessárias no trabalho do enfermeiro, principalmente na realização de consultas, quando se inicia um diálogo, a subjetividade do enfermeiro e do sujeito é expressa, neste caso é necessário criar e fortalecer o vínculo entre os dois. Esse processo é considerado uma tecnologia leve de tratamento, pois ao cuidar de pessoas, o enfermeiro não pode generalizar padrões de comportamentos, mas adaptá-los às mais diversas situações para prestar um cuidado singular (Dantas; Santos; Tourinho, 2016).

Vale frisar que além das tecnologias, há as técnicas de ensino, onde se destacam os infográficos, os podcasts e os vídeos, que combinam conteúdos científicos apresentados em forma de som e imagens. Este tipo de tecnologia permite compreender e sintetizar informações como uma série de imagens com textos curtos e uma conversa em áudio entre dois ou mais interlocutores, contribuindo para uma melhor compreensão e apelo de um dado tema (Teixeira, 2022).

O infográfico, visto como técnica de ensino, classificado como tecnologia leve-dura, trata-se de códigos icônicos e verbais que traz informações claras e precisas. Se ele fosse só um discurso verbal, isso seria mais complexo para informar e isso requereria mais espaço já que ele produz, na realidade, uma fusão de tipos verbais e icônicos em um dado discurso a fim de informar e facilitar a comunicação, além de ampliar o potencial de compreensão do público, trazendo uma visão geral dos acontecimentos a serem apresentados, o que leva ao seu objetivo previamente estabelecido (Ribas, 2004).

3.2 O ENFERMEIRO E OS CUIDADOS ÀS PcDV

A deficiência visual (DV) se apresenta de duas maneiras, sendo como cegueira total, quando a pessoa perde a visão total e a baixa visão, quando a pessoa tem a diminuição de sua capacidade visual, onde ela não percebe as formas, cores e coisas palpáveis, podendo a cegueira

ter causas diversas, como a degeneração macular, o glaucoma, a catarata, a retinopatia diabética, as doenças inflamatórias, além de distúrbios genéticos e mesmo as lesões (Martins, 2015).

Sabendo-se que é através da visão que se pode conhecer e interagir com objetos e pessoas do ambiente, além de controlar tudo o que se passa em volta de si; logo, se este canal de informação, tão fundamental para que se efetue o contato com o meio, estiver ausente ou prejudicado, o indivíduo passa a sofrer restrições em sua vida social, em sua educação e, conseqüentemente, em sua vida profissional (Santantana *et al.*, 2021)

No mais, tendo a hospitalização e internação como processo difícil para PcDV, talvez, pelo ambiente desconhecido, estando o indivíduo despreparado para incluir-se naquele meio, ele passa a depender mais de terceiros. É quando entra em cena o enfermeiro com o seu papel, profissional que, com sua percepção holística (do todo o seu redor), sabe que a falta de visão não impedirá que o usuário interaja de outras formas, por isso este profissional que, além de lhes dar conforto e bem-estar, o mostrará estratégias e caminhos para que ele descubra as suas potencialidades (Martins, 2015).

Ter a boa conduta para a ação certa ante a outro que necessita de cuidados de assistência, não ao usuário propriamente dito, mas ao ser humano que ele é, com suas experiências e bagagens de vida, faz com que o cuidar do enfermeiro diante da pessoa vá além de sua doença, respeitando-o em todas as suas particularidades, sobretudo, focando em sua saúde para evitar, assim, maiores sofrimentos a esse paciente, na maioria das vezes, já busca por outras demandas de cuidados.

A PcD, seja visual ou não, ao passar pela experiência pela qual necessita de cuidados em ambiente hospitalar, requer uma atenção diferenciada por parte dos profissionais de saúde, em especial da equipe de enfermagem, por esta estar em contato mais constante com este paciente (Favretto; de Carvalho; Canini, 2008).

No mais, os problemas visuais podem, também, acarretar problemas de comunicação, podendo ser diagnosticados pela enfermagem, nos fazendo pensar na taxonomia da *North American Nursing Diagnosis Association* (NANDA), que apresenta o diagnóstico de enfermagem “Comunicação Verbal Prejudicada” por ser definido como “habilidade diminuída, retardada ou ausente, não só para receber, mas processar, transmitir e usar um sistema de símbolos” o que, também, pode-se incluir dentre as características definidoras o déficit visual parcial ou total (Hardman, 2021).

Por isso, vale dizer que o enfermeiro personaliza a sua assistência quando ele desenvolve uma comunicação efetiva com o paciente ao qual ele presta os cuidados de

enfermagem de forma competente, humanitária e, sobretudo, necessária. Intervindo na boa comunicação, o profissional da saúde faz com que a percepção do paciente consigo passe a se desenvolver de maneira mais resiliente e passe a se sentir mais digno e apto a solucionar os seus problemas, além de se sentir útil para contribuir com a sociedade na qual ele se insere (Favretto; Carvalho; Canini, 2008).

O enfermeiro é um profissional que tem na sua essência o processo de atuar em caráter interdisciplinar para promover, proteger, recuperar a saúde e prestar assistência de qualidade à população, supervisionar as práticas desenvolvidas pela equipe de enfermagem e atuar na educação/orientação em saúde. Considera-se, a importância que esse profissional desempenha ao interferir no espaço de privacidade das pessoas dependentes das suas intervenções, a exemplo daqueles que apresentam deficiência física e visual.

O cuidar do corpo humano exige um olhar holístico, inclusive de sua essência existencial. Sendo assim, o Processo de Enfermagem é visto como uma metodologia de organização, planejamento e execução de ações sistematizadas que são realizadas pela equipe durante o período em que o usuário se encontra sob a assistência de enfermagem tornando a atuação deste profissional no atendimento à PcDV de suma importância. O Processo de Enfermagem permite a articulação entre a educação e saúde, à orientação aos familiares sobre os cuidados às pessoas com necessidades educacionais especiais, à realização de acompanhamento e estimulação precoce, ao desenvolvimento da autonomia da população atendida, contribuição em estudos e na realização de atendimento ambulatorial e à supervisão dos serviços de enfermagem, quando necessários (de Santana *et al.*, 2021; Cofen, 2024).

As pessoas que possuem deficiência, em especial as crianças, são discriminadas e frutos de ideias pré-concebidas e pré-conceituadas o que legitima sua exclusão frente aos acontecimentos históricos e na DV, o que atrapalha no desenvolvimento pessoal interferindo no conhecimento próprio do corpo e na interrelação entre as coisas e as pessoas no ambiente. Ao relacionar com desempenho funcional, a principal atividade prejudicada é o autocuidado e mobilidade. Isso reflete, portanto, no processo que envolve não apenas a pessoa não vidente, mas a sua família e a comunidade (Santana *et al.*, 2021).

Nesse pensar, a emergência de programas de promoção de saúde voltados ao público com DV, assume grande importância na medida em que procuram utilizar metodologias de educação como parte do processo de capacitação desta população, auxiliando-a, assim, no processo de inclusão social (Cericato; Fernandes, 2008). Por isso, cabe às instituições formadoras de profissionais de saúde, desenvolver competências para estes futuros

profissionais, os ensinando a saber mediar realidade e sujeito em formação para que seja não apenas um ser capaz de estar inserido na sociedade, mas de poder entendê-la, tendo ciência de sua atuação dentro desta sociedade, servindo como agente transformador das práticas sociais e pessoais (França; Pagliuca, 2008).

3.3 ASSOCIAÇÕES DE APOIO À PESSOA COM DEFICIÊNCIA VISUAL EM FLORIANÓPOLIS

3.3.1 Associação Catarinense de Integração do Cego (ACIC)

Existe, em Florianópolis, a Associação Catarinense de Integração do Cego (ACIC), se trata de uma associação sem fins lucrativos, criada em 1977 por um grupo de pessoas cegas com intuito de proporcionarem melhor qualidade de vida aos DV, é uma associação voltada para os cuidados ao deficiente visual, o auxiliando em sua inserção na sociedade, promovendo atividades de inclusão, como aulas de braile e andamento com a bengala, para locomoção nos espaços, etc. (Pereira, 2019).

De caráter sócio assistencial e de prestação de serviços nas áreas da saúde, educação, habilitação/reabilitação, convivência, profissionalização, cultura, desporto, pesquisa e desenvolvimento adulto/infantil, sendo uma de suas premissas a plena construção da cidadania. A ACIC foi fundada em 18 de junho de 1977, dependendo das esferas estadual e municipal, pois estabelece convênios com os professores através destes setores (Boschi *et al.*, 2010).

Quanto a fonte de recursos financeiros e materiais, os mesmos são:

Provenientes de contribuições de pessoas físicas ou jurídicas, associadas ou não; por doações e subvenções recebidas da administração direta ou indireta da União, dos Estados e dos Municípios; doações e dotações, legados, heranças, subsídios e demais auxílios que forem concedidos por pessoas físicas ou jurídicas, de direito privado ou público, nacionais ou estrangeiras, bem como os rendimentos produzidos por esses bens; receitas provenientes de contratos, convênios e termos de parcerias, celebrados com pessoas físicas e/ou jurídicas, de direito público ou privado; resultados de campanhas financeiras, através de rendas adquiridas da exploração de seus bens ou da prestação de serviços; rendimentos financeiros, operacionais, patrimoniais e outras rendas eventuais ou demais recursos que lhe forem destinados. (Estatuto Social da ACIC, 2010)

Os profissionais da Psicologia, Serviço Social, Serviços Gerais e Auxiliares Administrativos são remunerados pela ACIC. Trabalham nesta instituição professores efetivos

e contratados, parte pelo Estado, parte pela prefeitura de Florianópolis. O Estado disponibiliza 16 (dezesesseis) professores, sendo que destes, 4 (quatro) são contratados temporariamente e 12 (doze) são efetivos. Já a prefeitura disponibiliza 9 (nove), sendo 2 (dois) efetivos e os demais contratados pela ACT 36 (Admissão em Caráter Temporário). Totalizando 25 (vinte e cinco) professores. No entanto, os professores são contratados para a FCEE (Fundação Catarinense de Educação Especial) e são cedidos para a ACIC (Boschi *et al.*, 2010).

A Associação teve seu início por um grupo de pessoas cegas que tinham como objetivo proporcionar uma melhor qualidade de vida para as PcDV cegos e/ou pessoas de baixa visão. Estas 11 (onze) pessoas se reuniram pela primeira vez numa sala cedida pela FCEE, no antigo Centro de Desenvolvimento Humano com o intuito de criar a entidade. A reunião também tinha como ponto de pauta dar um nome à instituição, criar seu estatuto e todos os outros trâmites legais (Boschi *et al.*, 2010).

Portanto, a ACIC é uma instituição privada, como foi citado anteriormente, que pertence ao terceiro setor, neste caso, a iniciativa do setor privado surge em prol do interesse público, contribuindo para que o Estado e a Sociedade Civil criem alternativas para os sujeitos sociais que até então estavam desprovidos de uma organização que os auxiliasse na busca dos seus direitos e da cidadania plena.

O lema da ACIC é promover ações que visem à inclusão social das PcDV. Sendo seu objetivo principal, desenvolver atividades voltadas à habilitação, reabilitação plena, educação, profissionalização e convivência com pessoas cegas e de baixa visão, promovendo a sua cidadania.

Abaixo, listaremos alguns dos objetivos que encontramos no Estatuto Social da ACIC, dentre os quais:

- I Promover a melhoria da qualidade de vida das PcDV, em seus ciclos de vida incluindo crianças, adolescentes, adultos e idosos e buscando assegurar-lhes o pleno exercício da cidadania;
- II Atuar na definição da política municipal, estadual e nacional de atendimento à PcDV e acompanhar sua execução;
- VII Promover e/ou estimular a realização de estatísticas, estudos e pesquisas em relação da PcDV, propiciando o avanço científico e a permanente formação e capacitação dos profissionais e voluntários que atuam na ACIC;
- VIII Promover e/ou estimular o desenvolvimento de programas de prevenção da deficiência visual, de promoção, de proteção, de inclusão, de defesa de direitos da PcD e de apoio e orientação à sua família e à comunidade;
- XII Promover e articular serviços e programas de prevenção nas áreas da saúde, educação, habilitação/reabilitação, profissionalização, cultura, desporto, estudo e pesquisa e outros, visando à inclusão social da PcDV;
- XXI Promover e facilitar a inclusão da PcDV no âmbito familiar (Estatuto Social da ACIC, 2010).

O atendimento na ACIC é destinado a todas as pessoas cegas e de baixa visão, de todas as classes sociais e lá, os usuários atendidos são majoritariamente do estado de Santa Catarina, porém, dependendo da demanda, a ACIC presta serviços a pessoas de outros estados e se houver algum convênio, atende também pessoas do exterior (Boschi *et al.*, 2010).

Para realizar a matrícula do aluno, são feitas avaliações mensais, no caso do Centro de Aprendizagem e Desenvolvimento Infantil (CADI) , e avaliações semestrais, no caso do CRPC. Nestas avaliações os alunos precisam trazer a cópia do comprovante de residência, do CPF (Cadastro de Pessoa Física), do RG (Registro Geral) e do laudo médico, constando a acuidade visual do usuário. Em seguida, dependendo da necessidade, o usuário inicia os atendimentos. Atualmente na ACIC não há demanda reprimida, somente existe o tempo de espera entre uma avaliação e outra. No CRPC as avaliações são feitas em três períodos ao ano. No CADI são realizadas avaliações mensais. Nos dois centros a meta de atendimento é de 250 alunos (Boschi *et al.*, 2010).

Além das disciplinas oferecidas pelo CADI e CRPE, na ACIC estão disponíveis algumas atividades extracurriculares, sendo desenvolvidas por professores voluntários.

Durante alguns períodos são disponibilizados também alguns cursos profissionalizantes, como o curso de línguas, entre outros (Boschi *et al.*, 2010).

A ACIC nada mais é que uma instituição privada, sem fins lucrativos, que promove ações nas áreas de habilitação, reabilitação e profissionalização de PcDV. Ela está localizada no bairro Saco Grande II, em Florianópolis, é composta por professores, técnicos e bolsistas, oferecendo cursos como: alfabetização e simbologia Braille, educação física, iniciação à informática, treinamento nas técnicas do sorobã, atendimento em psicomotricidade, musicoterapia, atividades cotidianas, orientação e mobilidade, encaminhamento para escolas comuns e para o mercado de trabalho.

Apesar de haver a educação para a locomoção em espaços, como a oferecida pela ACIC, a PcDV se depara com dificuldades que vão além de sua própria limitação, fazendo-o ter uma participação limitada na sociedade, em virtude de obstáculos, como: ruas esburacadas e sem indicação de piso tátil; falta de sinalização sonora em semáforos e em algumas entradas e saídas de garagens; além das limitações para acesso ao transporte público, somando-se os fatores sociais, familiares, econômicos e culturais, que influenciam diretamente na vida da PcDV e, também, na falta de inclusão em trabalhos especializados (da Silva; Heinemann; Greguol, 2021).

As atividades oferecidas na ACIC, vão além do repasse de técnicas, pois existem com o intuito de inclusão, de fazer o indivíduo desenvolver a sua potencialidade, além de tudo, conforme prega o Plano Político Pedagógico (PPP) da ACIC (2019, p. 12) quando ele diz que o “Habilitar e Reabilitar é bem mais do que o repasse de técnicas” (Borges, 2019).

O luto devido a perda da visão soma a maior demanda de serviço procurado na ACIC, pois é o momento de educar usuários e familiares, ensinando-os a lidar com a nova situação da pessoa em suas possíveis limitações ou possibilidades, agora, como deficiente visual, os orientando a respeito de seus direitos e garantias e de que forma o alcançá-los. Entrevistas, reuniões, observação, informação ou documentação, abordagem, visita domiciliar, acolhimento, dentre outros, fazem parte dos instrumentos e técnicas usados pelo serviço social da ACIC (Boschi, et al 2010).

3.3.2 Associação de Atendimento à Criança com Deficiência Visual Manuella Bastos Silva (AAMABAS)

Além da ACIC, existe também a Associação de Atendimento à Criança Deficiente Visual Manuella Bastos Silva (AAMABAS), criada 1996. Ambas, criadas a fim de promover a socialização e educação das PcDV de Santa Catarina, sendo que cada uma utilizando seu próprio método para a sua inserção na sociedade (Pereira, 2019).

A AAMABAS, desde a sua fundação, sempre teve foco no público infantil, isto é, foi criada para atender crianças até os 14 anos de idade. Sua história inicia no colégio Tradição, que tinha uma aluna com DV e, a partir da necessidade de criar condições para o aprendizado desta aluna e pelo fato de não haver, naquela época, uma instituição para formação de cegos que atendesse crianças, surgiu a ideia de prestar assistência pedagógica e inserir a criança com DV nas tarefas cotidianas do Colégio, sendo constatado que as crianças estavam perdendo um tempo consideravelmente precioso para o desenvolvimento e, com isso, se privavam do convívio social pela dificuldade de família e sociedade em lidar com a sua limitação (Schweitzer, 2007).

A AAMABAS surgiu com objetivo estimular a criança desde bebê a fim de promover a integração dessas crianças no meio social de forma sistemática sob o ponto de vista psicológico, moral e social. O Colégio Tradição, sempre atuou em parceria com a Instituição, atendendo os alunos com DV juntamente com os alunos videntes.

Apesar das instalações precárias e pouco material didático a associação sempre contou com muitos instrumentos oferecidos pela ACIC, como o sorobã, para as operações matemáticas, a máquina de escrever em Braille, a impressora em Braille, além de materiais didáticos na biblioteca (Schweitzer, 2007).

Atualmente, a associação não tem mais prestado o mesmo atendimento, como outrora, enviando grande parte das demandas para a ACIC, atendendo somente casos urgentes pontuais, o que demonstra que o serviço antes prestado não tem mais sido tão preciso, caracterizando pouco a pouco a sua extinção, como relatam funcionários (Pereira 2019).

4. REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico a ser utilizado para o desenvolvimento deste trabalho será a Sociologia Compreensiva do Quotidiano, por Michel Maffesoli, pois envolve a maneira de viver de pessoas e grupos sociais, seu imaginário, sublinhando a razão sensível. (Nitscheke, *et al.*, 2018). Além disso, a sociologia compreensiva de Maffesoli busca valorizar os saberes do cotidiano e o senso comum, tornando-se pertinente lançar esse olhar sobre esta pesquisa, já que o estudo se refere ao cotidiano, as experiências vividas, as crenças e as ações dos sujeitos nos seus ambientes de relação. (Maffesoli, 2008; Maffesoli, 2010).

Michel Maffesoli é um sociólogo francês, discípulo de Gilbert Durand e Julien Freund, nascido em Graissessac em 14 de novembro de 1944, casado, pai de quatro filhos, é professor de Sociologia da Universidade de Paris-Sorbonne Descartes. Em conjunto com Georges Balandier em 1982, fundou o Centre d'Études sur l'Actuel et le Quotidien (CEAQ - Centro de Estudos sobre o Atual e o Quotidiano). Além disso, Maffesoli é autor de diversas obras sobre o imaginário e cotidiano, possibilitando o mundo com lentes provocativas e compreensivas. Dentre suas obras publicadas, se destacam: *A Lógica da Dominação* (1976); *A Violência Totalitária* (1979); *O Conhecimento Comum - Introdução à Sociologia Compreensiva* (1985); *O Tempo das Tribos* (1988); *Vagabundagens Pós-Modernas* (1997); *A Parte do Diabo - Resumo da Subversão Pós-Moderna* (2002); *O Ritmo da Vida - Variações sobre o Imaginário Pós-Moderno* (2004), entre outras.

Maffesoli utiliza metáforas, analogias, noções flexíveis e moventes pela característica da vida social, que por sua natureza, não pode ser compreendida de forma estática, mas em movimento. Deste modo destacamos algumas noções desenvolvidas pelo autor que contribuem para a compreensão das redes de apoio à PcDV e de suas famílias, tais como: **quotidiano**, **potência**, **tribos** e sobre a **solidariedade orgânica e mecânica**.

Ao se falar sobre o **quotidiano**, Maffesoli (2012, p.16), o definiu como a maneira de viver de cada pessoa e do coletivo, isto é, o “saber-fazer”, “saber-dizer” e “saber-viver” de cada pessoa acontece em espaços onde estão presentes as interações sociofamiliares e as ações de cuidado. É nesses espaços que se concretizam o estilo de vida, os hábitos, comportamentos, conceitos, crenças e valores.. Além disso, Maffesoli denomina que **tribo** ou **tribo urbana**, são grupos de pessoas que compartilham um mesmo estilo de vida e que tem atividades e interesses similares, deixam-se a forma institucionalizada de viver, pelo viver social, com sentimentos de cooperação e afetos que brotam do ser (Maffesoli, 1997). Já a **solidariedade orgânica** se dá

pelas relações consigo e com os outros, de maneira espontânea ou pelo sentimento de estar juntos, em contraponto à **solidariedade mecânica**, que é da ordem do instituído. (Maffesoli, 2005).

Maffesoli (2010), diz que **a potência** é a força que vêm do interior de cada pessoa, sendo ordem da libertação e da cooperação. No cotidiano da reabilitação de pessoas com LM e de suas famílias, a potência – força do querer viver, germina outra forma de pensar, de transfigurar o ritmo do viver, assumir as imperfeições como aspectos a serem melhorados, vivendo o presente, não se isentando dos problemas físicos, eles continuarão existindo. (Tholl, 2015).

Em seu livro, “O conhecimento comum: introdução à sociologia compreensiva” Michel Maffesoli destaca o que denomina de cinco pressupostos teóricos da sensibilidade, sinalizando a compreensão do presente em uma dimensão relativista, a saber: 1) a crítica ao dualismo esquemático; 2) a forma; 3) a sensibilidade relativista; 4) a pesquisa estilística; e 5) pensamento libertário. (Maffesoli, 2010).

O primeiro pressuposto: *a crítica ao dualismo esquemático*, Maffesoli coloca que qualquer pensamento é percorrido por duas atitudes complementares, sendo elas: a razão, que traz um acento na construção, na crítica, no mecanismo e na razão. E a imaginação, que reflete a natureza, o sentimento, o orgânico e a imaginação. Ambas são difíceis de serem definidas com precisão, porém recortam inúmeras potencialidades. (Maffesoli, 2010, p. 27-28).

O segundo pressuposto é *a forma*, Maffesoli trazia como noção de formismo, entendendo que este permite “descrever os contornos de dentro, os limites e a necessidade das situações e as representações que constituem a vida quotidiana”, temperando-se, assim, a rigidez do estruturalismo. (Maffesoli, 2010, p. 36-37).

O terceiro pressuposto denominado como: *uma sensibilidade relativista* por Maffesoli, mostra a existência de um relativismo metodológico, ou seja, não há uma realidade única. A clássica instrumentalização já não basta descrever uma “constelação societal onde a imagem e o símbolo ocupam um lugar de eleição”. (Maffesoli, 2010, p. 36-40)

No seu quarto pressuposto Maffesoli trabalha sobre: *a pesquisa estilística*, trazendo um alerta de que a ciência precisa se expressar de modo “a saber dizer o seu tempo”. Assim, faz uma proposta que muito contribui para que se diminua o fosso entre a academia e a comunidade em geral, através de um “feedback“ constante entre a empatia e a forma, com uma escrita mais aberta. (Maffesoli, 2010, p. 41).

Por fim, o último e quinto pressuposto: *um pensamento libertário*, o autor defende a importância da libertação do olhar, referindo-se que é preciso que o pesquisador “saiba renascer inocente a cada manhã”. Para ele, a “compreensão implica a generosidade de espírito, a proximidade, a correspondência”, compreender é exercitar o “ver pelo olhar do outro”, retomando o seu próprio olhar que já estará “embebido” pelo do outro. (Maffesoli, 2010, p. 49).

A **Sociologia Compreensiva** de Maffesoli cria outro paradigma nas pesquisas científicas e valoriza, além da razão – muito essencial – os aspectos impalpáveis, como os do sentimento e do imaginário. Essa Sociologia, procura entender “o imprevisível, dando valor ao casual, ao banal, ao abstrato, às apresentações incompletas da vida e as ações subjetivas dos sujeitos nos seus ambientes de relações (Nóbrega, 2012). Logo, a Sociologia Compreensiva, oferece outra visão sobre as relações humanas e contribui, sobretudo, às investigações acadêmicas, em especial nas pesquisas em Enfermagem onde se torna essencial compreender como cada pessoa vivencia o processo saúde-doença junto a sua família (Nóbrega, 2012).

Meu interesse pela Sociologia Compreensiva do Quotidiano, surgiu da aproximação com o referencial, a partir da professora e Dra Adriana Dutra Tholl, vice líder do Laboratório de Pesquisa NUPEQUIS-FAM-SC, levando-me à escolha do referencial teórico e me proporcionando um olhar mais amplo sobre a importância de enfatizarmos as necessidades da pessoa com deficiência visual com a sociedade, visto que para Maffesoli (2010), tudo o que é humano precisa ser estudado. Deste modo, ao ser provocado por situações cotidianas ao observar as dificuldades que as pessoas com deficiência visual têm ao utilizarem o transporte público, percebi as possíveis aproximações com o referencial.

Para Maffesoli (2010), o formismo se apresenta a maneira como colocamos o problema do singular e do universal na medida em que é na forma, como pensamento da globalidade, que se encontram. Para o autor, a atitude formista permite uma abordagem do social sem julgamentos de valor, sem projeção de futuro, logo, a atitude formista é respeitosa da banalidade da existência, das representações populares e das minúsculas criações que pontuam a vida de todos os dias.

5. MÉTODO DO ESTUDO

Neste capítulo será apresentado o delineamento metodológico da pesquisa, caracterizando o tipo de pesquisa, o local do seu desenvolvimento, os participantes do estudo, os procedimentos de coleta e análise de dados, bem como os aspectos éticos.

5.1 TIPO DE ESTUDO

Trata-se de um estudo metodológico de abordagem qualitativa para o desenvolvimento de uma tecnologia educacional, um infográfico animado, cujo o objetivo é minimizar as barreiras arquitetônicas e atitudinais no cotidiano da PcDV no transporte público.

Nesse pensar, o desenvolvimento desta pesquisa visa sensibilizar e informar os usuários e os profissionais que transitam pelos terminais de transporte dos terminais no sul do Brasil, sobre as necessidades de acesso e acessibilidade da PcDV no transporte público, estimulando um ambiente livre de barreiras atitudinais e arquitetônicas.

O estudo metodológico consiste na construção, avaliação e/ou validação de instrumentos ou técnicas de pesquisa que têm o intuito de favorecer a confiabilidade e validade de determinado instrumento (Polit; Beck, 2019). Uma pesquisa metodológica precisa estar pautada em conhecimentos prévios, de maneira sistemática onde o pesquisador tem que elaborar algo confiável, preciso, útil e que possa ser utilizado por outros que buscam, também, algo relacionado à pesquisa (Meira *et al.*, 2022). Para esta pesquisa, não utilizaremos a etapa de validação, considerando que o conhecimento é de domínio público e consolidado. Já a pesquisa qualitativa nos permite compreender a parte humana e individual baseada nas percepções de cada um, bem como obstinar-se no significado das relações humanas levando em conta os diferentes pontos de vista (Stake, 2016).

Desta forma, a pesquisa desenvolveu em três etapas, sendo a primeira etapa: a revisão da literatura; segunda etapa: a entrevista com transeuntes, dentre eles, PcDV e profissionais do transporte público, e a terceira etapa: produção do infográfico animado. A etapa de implementação da tecnologia nos Terminais de Transporte Público acontecerá após o desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso, quando será apresentado o infográfico animado à Secretaria Municipal de Transportes e Infraestrutura da cidade para ser veiculado nos terminais de integração desta cidade.

5.2 LOCAL DO ESTUDO

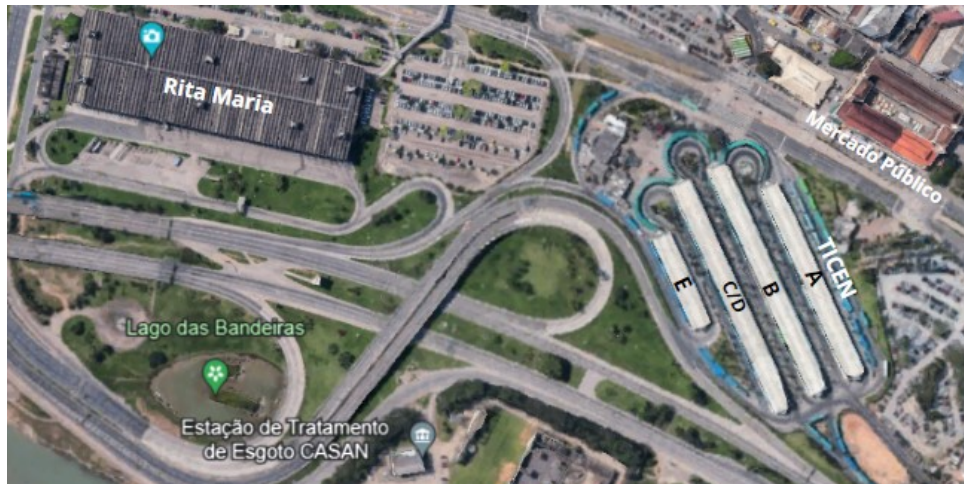
A pesquisa ocorreu no TICEN, principal terminal de ônibus dentre os seis distribuídos em Florianópolis, localizado no centro da cidade, mais precisamente em frente ao Mercado Público e próximo ao Terminal Rodoviário Rita Maria, que atende passageiros de ônibus interestaduais e até internacionais e que, segundo o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, em seus dados, apontou, em 2014, uma soma mensal de passageiros transportados chegando aos seus 4,4 milhões (Luz, 2013).

Sendo o maior e principal terminal de transporte público da cidade, ele possui diferentes linhas de ônibus onde a maioria, operada pelo Consórcio Fênix, formado pelas empresas Canasvieiras, Emflotur, Estrela, Insular e Transol. Junto às empresas Jotur e Biguaçu, que conectam o TICEN a Palhoça e Biguaçu respectivamente dois municípios da região metropolitana de Florianópolis este grupo atende a todas as regiões da ilha e do continente da capital, assim como o município de São José, localizado do outro lado da ponte que liga este a Florianópolis (Beans *et al.*, 2016)

Além das plataformas que vão de A a E onde estão os pontos de chegada e partida de todas as linhas de ônibus saindo do Terminal, o TICEN possui uma lotérica, o escritório principal da Secretaria das Empresas de Transporte Urbano de Passageiros da Grande Florianópolis (SETUF), uma padaria e lanchonete ao lado da última plataforma e, também, uma praça com uma fonte, onde se concentra, ao redor, parte das atividades de socialização que ocorrem no TICEN (Luz, 2013).

Existe, também, a Praça Central onde os usuários têm a sua disposição: atividades administrativas (compra e cancelamento de cartão, além de carga para cartão do usuário cidadão e estudante) apoio ao usuário e acesso às linhas de ônibus, um espaço livre que liga as quatro plataformas (embarque e desembarque de passageiros, lanchonetes, sanitários e equipamentos públicos) divididas em 5 setores, A, B, C, D e E, atendendo a todo o município e também às linhas intermunicipais (Luz, 2013).

Figura 1: Terminal de Integração do Centro de Florianópolis



Fonte: Elaborado pelo autor a partir do Google Earth

5.3 PARTICIPANTES DO ESTUDO

Participaram da coleta de dados, 20 sujeitos, sendo 10 usuários do transporte público (cinco pessoas com deficiência visual e outras cinco pessoas videntes que circulavam pelo terminal urbano) e 10 profissionais desse mesmo transporte.

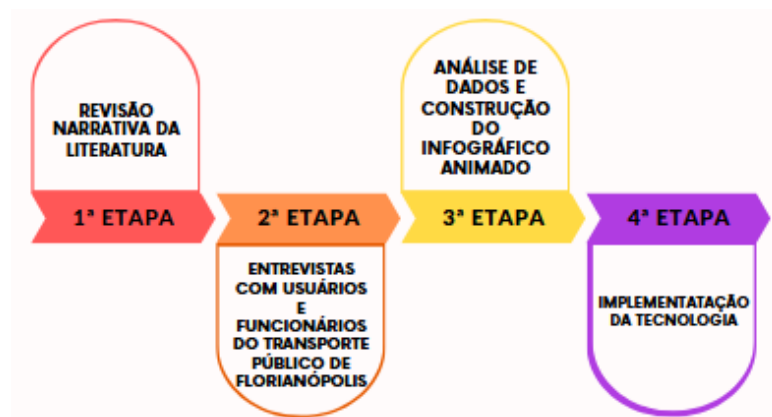
Foram critérios de inclusão: usuários do transporte público maiores de 18 anos e profissionais deste mesmo transporte.

Foram critérios de exclusão: usuários do transporte público maiores de 18 anos que fazem uso do transporte público e que não tivessem interesse em participar da pesquisa e profissionais deste mesmo transporte que estivessem afastados devido a férias ou a licença saúde ou por outro motivo.

5.4 COLETA DE DADOS

O infográfico foi desenvolvido em quatro etapas: revisão da literatura; entrevista com usuários e profissionais em um transporte público; produção do infográfico animado e implementação. A etapa de implementação da tecnologia acontecerá após o desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso, quando será apresentado a órgãos de domínio público para ser veiculado ao público.

Figura 2: Etapas da coleta de dados e construção do infográfico.



Fonte: Elaborado pelo autor 2024

5.4.1 Primeira etapa: revisão narrativa da literatura

A revisão de literatura, busca levantar temáticas de forma não sistematizada, dando base ao pesquisador sobre o tema do estudo e o problema de pesquisa, além de fornecer subsídios teóricos para a discussão dos resultados da pesquisa durante a análise dos dados, isto é, revisão da literatura (Mariano; Santos, 2017).

Logo, a busca foi realizada por documentos e/ou manuais, diretrizes do Ministério da Saúde, dados da OMS, dentre outros documentos que abordassem a temática. Buscou-se, também, pesquisar em bases de dados eletrônicas, como SCieLO, Google Acadêmico, PubMed, Scopus, além de outras plataformas. O processo de busca em bases de dados ocorreu no período de 2019 a 2024, nos idiomas português e inglês, com auxílio de um bibliotecário.

5.4.2 Segunda etapa: entrevistas com usuários e profissionais do transporte público

Inicialmente, o projeto foi encaminhado à Secretaria Municipal de Transportes e Infraestrutura de Florianópolis para ciência e aprovação da pesquisa (ANEXO A) e aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa com Seres Humanos, da UFSC - CEPESH/UFSC, sob o parecer nº 77561024.3.0000.0121 (ANEXO B).

Após a aprovação do CEPESH/UFSC, a coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas individuais, guiada por instrumento de coleta de dados semiestruturado

(APÊNDICE A e B), envolvendo dados referentes à caracterização dos participantes e perguntas direcionadas ao objetivo da pesquisa, com duração média de trinta minutos.

Observando o movimento de circulação entre profissionais e usuários do transporte, tive um pouco de receio em iniciar as entrevistas, demorando um pouco até que me sentisse à vontade para abordar a primeira pessoa, mesmo acreditando de que não haveria nenhuma negativa e/ou resistência da parte das pessoas para responderem, visto que fui muito bem aceito pela Direção do Terminal de Integração aonde foi feita a coleta de pesquisa. Assim, depois do simpático aceite de participação da primeira pessoa entrevistada, emergi no processo de coleta de dados, com confiança e engajamento, considerando a importância deste estudo.

Cumprir observar que o pesquisador ao se aproximar dos possíveis sujeitos da pesquisa realizava a exposição dos objetivos da pesquisa, convidando-os a participar da mesma. Tendo o aceite, convidava-os para realizar a entrevista em um espaço mais reservado, pedindo, de antemão, que assinassem Termo de Consentimento Livre Esclarecido (APÊNDICE C e D), além de assegurar aos entrevistados o rigor de uma pesquisa com seres humanos, tranquilizando-os no que se refere ao sigilo das informações fornecidas e da gravação das entrevistas.

Das 20 pessoas abordadas, não houve nenhuma negativa, aceitando prontamente em participar da pesquisa, apesar de estarem em seu horário de trabalho ou com algum compromisso a cumprir. Tanto os usuários do transporte público, quanto os profissionais desse mesmo transporte, mostraram-se surpresos e admirados devido ao tema do projeto, por já terem vivenciado alguma situação desconfortante, envolvendo pessoas com deficiência visual no transporte público, e por se sentirem representados na divulgação do projeto em questão.

5.4.3 Terceira etapa: análise de dados e construção do infográfico animado

Para a análise dos dados qualitativos resultante das entrevistas, utilizou-se o método proposto por Bardin (2011), sob o olhar da Sociologia Compreensiva do Quotidiano de Maffesoli (2011). Assim, logo após as entrevistas, as respostas foram transcritas na íntegra e submetidas à análise de conteúdo. De acordo com esse método, a análise de conteúdo compreende três etapas principais: pré-análise, exploração do material e tratamento de resultados obtidos e interpretação (APÊNDICE E).

I. A primeira etapa, denominada pré-análise, envolveu a preparação do material coletado para análise posterior. Nessa etapa, as respostas obtidas nas entrevistas foram organizadas e selecionadas de acordo com a relevância para o objetivo da pesquisa.

II. A segunda etapa corresponde à exploração do material, na qual os dados considerados brutos são transformados. Essa etapa pode ser realizada por meio da agregação e classificação dos dados, resultando na criação de categorias. A unidade de registro é uma parte importante desse processo de codificação, representando um segmento do conteúdo que é considerado uma unidade básica para a categorização.

III. A terceira etapa envolve tratamento dos resultados obtidos e a interpretação dos mesmos. Nela, ocorre a síntese e seleção dos resultados, bem como a interpretação dos mesmos em relação aos objetivos da pesquisa (Bardin,2011).

Dessa forma, as respostas dos participantes foram analisadas com o intuito de identificar temas relevantes.

Para o desenvolvimento do infográfico, utilizou-se as etapas de Winder e Dowlatbadi (2011), sendo: pré-produção, produção e pós-produção.

Na etapa pré-produção foram selecionadas as informações para construção do infográfico a partir da revisão da literatura e complementado pelas entrevistas feitas no local da pesquisa, foram coletas fotos de situações envolvendo fatos relacionados à PcDV.

Na sequência, foi escrito um roteiro dentro de uma tabela de decupagem (frase falada, por qual personagem será falada, como se encontra o personagem, em qual cenário, quais elementos serão usados ao seu redor para passar as informações precisas ao público), (APÊNDICE F). Na cena colocamos um personagem com deficiência visual que se apresenta no início da produção e se despede com a frase principal a qual dá nome ao infográfico.

A etapa de produção consistiu em reunir informações gráficas e textos para criar um infográfico, a partir de um roteiro incluindo voz do personagem da animação bem como descrição do ambiente em questão (no terminal rodoviário). As cores, padrões, adição de texto e fonte do infográfico foram selecionadas, buscando uma boa visualização.

O infográfico foi produzido por meio de diferentes *softwares*. Inicialmente foram selecionadas duas marionetes do *Software Adobe® Character Animator*, sendo uma para representar Nino, o personagem principal, e outra para representar o cão guia.

Nino é uma marionete do sexo masculino, na faixa etária entre 30 a 40 anos, que representa uma pessoa com deficiência visual. O animalzinho representa o cão guia de Nino.

Após definição de cenário e personagens que iriam compor as cenas do infográfico, iniciou-se a caracterização desses personagens no *Software Adobe® Illustrator*. Nino foi configurado com óculos escuros e com uma bengala branca. Optou-se por utilizar as roupas que já faziam parte do personagem, ou seja, calça social cinza, camisa social lilás, gravata vermelha, paletó cinza escuro e tênis lilás.

O cão guia foi colorido em uma mistura de cores que variam em tons de laranja ao amarelo queimado. Ainda no *Adobe® Illustrator*, foi criado um cenário de plano de fundo de um terminal de ônibus urbano.

Seguiu-se com a gravação das falas do personagem no gravador de voz do Iphone 11. Os áudios foram gravados de acordo com os parágrafos do roteiro, totalizando 14 gravações. Seguiu-se então com o tratamento dos áudios no *Software Adobe® Podcast online*.

Após completar o tratamento dos áudios, retornou-se para o *Adobe® Character Animator*, onde foram importados os elementos que iriam compor a cena: cenário, marionetes (personagens) e áudio. Iniciou-se, então, com o processo de animação dos personagens e gravação das cenas.

Foram gravadas duas cenas, em ambas, primeiramente foi realizada a sincronia labial (*Lip Sync*), ou seja, sincronização do áudio com os lábios da marionete, realizada automaticamente pelo software e corrigida posteriormente pela animadora.

Na primeira cena, Nino foi posicionado no canto esquerdo da tela, segurando uma bengala na mão direita e rosto fixo em vista frontal. Logo, realizou-se a animação dos gestos da mão e do braço esquerdo do personagem conforme seguia o conteúdo de suas falas. O cão guia foi posicionado ao lado esquerdo do personagem Nino e sua animação contou com movimentos de cabeça, sobancelhas, olhos e boca.

Na segunda cena, Nino foi posicionado no centro da tela, mantendo a bengala na mão direita e rosto fixo em vista frontal. O cão guia foi posicionado ao lado esquerdo de Nino.

A primeira cena durou 2 minutos e 14 segundos e se inicia com a apresentação de Nino, seguindo-se com as sugestões de melhorias para a sua acessibilidade. A segunda cena, com 16 segundos de duração, apresenta uma mensagem final que tem por objetivo estimular a empatia e solidariedade para com as pessoas com deficiência visual.

As cenas gravadas foram exportadas do *Adobe® Character Animator* em formato mp4 para uma pasta identificada com o nome do projeto, localizada na área de trabalho do computador da animadora. Logo, as cenas foram importadas para o *Software Canva®*, onde se iniciou um novo design de vídeo nas dimensões 1920 x 1080 *pixels*, movimentação das cenas

para a tela de trabalho como plano de fundo, a fim de que ocupassem toda a área disponível na tela de trabalho.

Nos *Softwares Adobe® Illustrator e Adobe® Photoshop*, iniciou-se, por meio de Inteligência Artificial Generativa, com base no roteiro, a produção dos elementos (imagens/figuras) que complementariam, visualmente, a mensagem a ser passada pelo infográfico.

Com os elementos prontos, os mesmos foram importados para o *Canva®*, onde foram adicionados nas cenas gravadas e cronometrados para surgir, permanecer e desaparecer da tela conforme a mensagem passada pelo personagem.

O vídeo foi exportado do *Canva®* no formato mp4 para a pasta do projeto, apresentando 2min30seg de duração e foi importado para o software *CapCut®*, onde foi acelerado e foram aplicados, efeitos sonoros, legenda, vinheta de abertura e créditos finais.

A legenda foi adicionada automaticamente pelo *CapCut®*, mas precisou ser ajustada em algumas palavras, pontuações, sincronização, localização, tipologia e cor da fonte.

Na vinheta de abertura, o título do infográfico foi incluído por meio de fontes animadas. Na vinheta de finalização, foram apresentados os créditos finais e os agradecimentos. Em ambas as vinhetas, foram inseridos áudios de música em estilo de animação.

O infográfico animado, intitulado: **Seja os olhos de alguém por um momento do dia** – em formato MOV é legendado, apresenta dimensões 1920 x 1080 pixels, duração de 02minutos e 25 segundos, áudio estéril e cores em HD.

Na etapa de pós-produção, foi realizada uma revisão do infográfico, a partir da avaliação de um designer gráfico, a fim de garantir uma melhor adequação do *layout* do material.

De acordo com Filatro (2008), a utilização de uma animação educativa é um mecanismo que apresenta o intuito de promover a construção de saberes relacionados ao cuidado, o produto deve manter o público informado em um tempo razoável, conter palavras e frases de fácil compreensão por parte do público-alvo; conter consistência visual, mecânica e conceitual, além de conter informações relevantes e necessárias. De modo sucinto, o infográfico deve ser construído a partir da escolha de recursos e mídias didáticas, focando em suas metas e objetivos.

Neste sentido, buscou-se a criação de personagens animados, em situações análogas aquelas registradas no local, bem como buscou-se mostrar em desenho, o mesmo cenário onde ocorreu a pesquisa, por fim, o infográfico foi produzido por meio de diferentes *softwares*.

5.4.4 Quarta etapa: Implementação da tecnologia

A etapa de implementação da tecnologia será realizada após a conclusão do Trabalho de Conclusão de Curso, quando será apresentado o infográfico animado à Secretaria Municipal de Transportes e Infraestrutura de Santa Catarina para ser amplamente veiculado nos terminais de transportes desta cidade.

6. ASPECTOS ÉTICOS

Esta investigação seguiu as diretrizes de pesquisa com seres humanos, conforme as normas da Resolução nº 462/2012 e Resolução nº 510/2016, do Conselho Nacional de Saúde (CNS) e suas complementares que estabelecem diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisa envolvendo seres humanos (Brasil, 2012, Brasil, 2016).

O projeto foi submetido à base unificada de registros de estudos que envolvem seres humanos, Plataforma Brasil, por meio da Universidade Federal de Santa Catarina, a fim de respeitar os princípios da bioética, beneficência, não maleficência, justiça, autonomia e equidade e foi aprovado pelo parecer nº 013017/2024 (ANEXO B). Vale frisar que a coleta de dados somente foi iniciada após o consentimento da Secretaria Municipal de Transportes e Infraestrutura de Florianópolis e, também, aprovação do CEPESH/UFSC.

Os participantes da pesquisa receberam o TCLE e foram esclarecidos individualmente sobre o estudo, em relação à justificativa, objetivo proposto e método de coleta de dados. Além disso, foram orientados a respeito da confidencialidade da sua identidade e como isso será garantido pelo pesquisador, quais os potenciais riscos e, por fim, puderam esclarecer quaisquer dúvidas.

O detalhamento dos (TCLE) estão descritos nos Apêndices C e D deste documento. Quanto aos dados coletados, eles ficarão guardados em lugar de acesso único e exclusivo do pesquisador em arquivo digital protegido por senha por um período de cinco anos após o término da pesquisa, sendo após este período deletados na íntegra.

Toda pesquisa pode ocasionar riscos materiais e imateriais, sendo que nesta pesquisa foi informado que poderiam ocorrer possíveis desconfortos restritos a problemas de comunicação e mobilização emocional relacionada à reflexão sobre a acessibilidade da pessoa cega no TICEN de Florianópolis, como desconfortos psicológicos, estresse e/ou mesmo cansaço ao responder as perguntas. Diante dessas condições, o pesquisador a realizar a condução da entrevista de modo a minimizar as consequências e preservar a integridade do participante, cessando a entrevista caso necessário, ou até o momento em que o participante se sentisse confortável e apto a continuar.

Como benefício, informou-se que a pesquisa contribuirá com o desenvolvimento de uma tecnologia de informação, um infográfico animado, cujo objetivo é fornecer aos passageiros e aos profissionais de um terminal de transporte público algumas orientações simples e estratégias de aproximação com o objetivo de auxiliar no direcionamento espacial das

PcDV e/ou desviá-la das barreiras arquitetônicas, contribuindo para a autonomia e segurança das mesmas, livre de obstáculos, de modo a colaborar com a acessibilidade adequada dessas pessoas.

Atendendo à necessidade de garantia do anonimato dos participantes, foi referenciado o código alfanumérico EP1, EP2, EP3, EU1, EU2, EU3..., onde o "EP" está relacionado a Entrevista com Profissionais e "EU" a Entrevista com Usuários do transporte público de Florianópolis. O estudo foi conduzido conforme as diretrizes do *Consolidated criteria for Reporting Qualitative research* (COREQ) (Souza, 2021).

Os resultados serão disponibilizados para os cenários da pesquisa e serão usados para fins científicos, a exemplo de apresentação em eventos científicos e publicações em periódicos indexados.

7. RESULTADOS

Os resultados foram apresentados em formato de manuscrito, conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais, preconizado no Art.3º de Instrução Normativa para Elaboração de Trabalhos de Conclusão de Curso da Graduação em Enfermagem da Universidade Federal de Santa Catarina, Resolução do CNE/CES nº 03 de 07 de novembro de 2001 e redigido de acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Assim, obteve-se a elaboração de um manuscrito e de um infográfico animado.

A análise dos dados acerca da compreensão da vivência cotidiana das PcDV na interface com as barreiras físicas e atitudinais no transporte público, possibilitou a construção do Manuscrito 1, cuja análise decorreu a partir de duas categorias e suas respectivas subcategorias, a saber: **Dimensões sensíveis às necessidades da pessoa com deficiência visual**: Solidariedade orgânica: olhos que acolhem; Movimento de aproximação: colocar-se no lugar do outro; Pessoa referência para orientar o local de embarque) e **Dimensões físico sensoriais às necessidades da pessoa com deficiência visual**: Acesso bem definido, seguro e livre de obstáculos; Alerta sonoro; Trabalho de sensibilização para usuários e profissionais; e Acesso facilitado na presença do cão-guia.

7.1 Manuscrito 1 **ACESSO E ACESSIBILIDADE AO TRANSPORTE PÚBLICO NO QUOTIDIANO DA PESSOA CEGA:** *Cidades e comunidades sustentáveis*

RESUMO

Objetivo: Identificar estratégias que facilitem o acesso e a acessibilidade no cotidiano de pessoas com deficiência visual no transporte público. **Método:** Trata-se de um estudo interpretativo, de natureza qualitativa, envolvendo 20 sujeitos, sendo 10 usuários e 10 profissionais de um transporte público do sul do Brasil. As fontes de evidências foram entrevistas individuais desenvolvidas no período de abril a maio de 2024, guiadas por um roteiro semiestruturado. Os dados foram analisados pelo método de Análise de Conteúdo, sob o olhar da Sociologia Compreensiva do Cotidiano. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa, sob o Parecer de número 013.017/2024. **Resultados:** Foram apontadas como estratégia para o acesso e a acessibilidade da pessoa com deficiência visual no transporte público, como as dimensões sensíveis, visando a saúde, bem-estar e inclusão: a solidariedade orgânica que acolhe e auxilia; movimentos de aproximação que permitem o exercício de se colocar no lugar do outro, sendo empático, ser gentil, respeitoso; ter uma pessoa referência para orientar o local de embarque; e dimensões físico sensoriais, como o acesso bem definido, seguro e livre de obstáculos; alerta sonoro; sensibilização para usuários e profissionais quanto as necessidades da pessoa com deficiência visual e acesso facilitado na presença do cão-guia. **Conclusão:** As estratégias destacam a necessidade de promover um ambiente seguro, acessível e inclusivo, de acordo com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, nomeadamente no que diz respeito à *redução de desigualdades e cidades e comunidades sustentáveis*, colaborando para a autonomia da pessoa com deficiência visual no transporte público, com especial atenção às suas necessidades.

Palavras-chave: pessoas com deficiência visual, cuidado de enfermagem, tecnologia da informação, meios de transporte, acessibilidade arquitetônica, diversidade, equidade e inclusão, atividades cotidianas.

INTRODUÇÃO

Acesso, acessibilidade e inclusão são palavras do léxico da educação inclusiva (Freitas, 2023). No âmbito da saúde, o acesso está ligado aos princípios de equidade, integralidade e universalidade do Sistema Único de Saúde (SUS) e tal conceito reconhece a

necessidade de interação entre sistemas de saúde, indivíduos, famílias e comunidades onde vivem. Logo, acesso e acessibilidade são termos complementares (Freitas, 2023; Brasil, 2000). pois enquanto um permite a entrada a algum lugar, por exemplo, o outro traz meios que facilitam ou prejudicam essa entrada.

A acessibilidade é tratada como um atributo essencial do ambiente que garanta a melhoria da qualidade de vida das pessoas, o que quer dizer que ela deve estar presente nos espaços, no meio físico, no transporte, na informação e comunicação, inclusive nos sistemas e tecnologias da informação e comunicação, bem como em outros serviços e instalações abertos ao público ou de uso público, tanto na cidade como no campo (Bernardo, Muñoz e Silva, 2020). Neste sentido, a acessibilidade no transporte público para pessoas com deficiência visual é essencial para garantir a mobilidade independente e a inclusão social, o que requer um esforço coordenado de políticas públicas, adaptação de infraestrutura, treinamento de funcionários e integração de tecnologias assistivas, bem como educação para sensibilização social.

Logo, é uma necessidade garantir acesso e acessibilidade universal para todas as pessoas, visto que os desafios não se apresentam apenas para as PcDV, como também para os físicos, pessoas com mobilidade reduzida permanente ou temporária (Castro e Oliveira Brasil, 2021).

Neste sentido, esta pesquisa está alinhada e comprometida com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, da Organização das Nações Unidas (2015), visando a *Redução das desigualdades*, de modo garantir a igualdade de oportunidades e reduzir as desigualdades de resultados com *Cidades e comunidades sustentáveis*, por meio do acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis, sustentáveis, com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, mulheres, crianças, pessoas com deficiência e idosos, ou seja, acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos e acessíveis.

A princípio, a própria Constituição Brasileira garante a acessibilidade como sendo direito para cidadão de se locomover com segurança e autonomia, da mesma forma que é direito de todos os brasileiros, e de buscar o acesso ao sistema de saúde (Brasil, 1988). Nesse pensar, temos enquanto profissionais de saúde, que eliminar as barreiras que representam qualquer entrave ou obstáculo que limite ou impeça o acesso, à liberdade de movimento, à circulação com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de

comunicação e informação, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida (Brasil, 2015).

De acordo com a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, são barreiras urbanísticas (existentes nas vias e nos espaços públicos e privados abertos ao público ou de uso coletivo); arquitetônicas (existentes nos sistemas e meios de transportes); de transportes (as existentes nos sistemas e meios de transportes); de comunicações e informações (qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação); atitudinais (atitudes ou comportamentos que impeçam ou prejudiquem a participação social da pessoa com deficiência visual em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas); e as tecnológicas (as que dificultam ou impedem o acesso da pessoa com deficiência às tecnologias) (Brasil, 2015).

No entanto, ao que se parece, os trabalhos de acessibilidade para pessoas com deficiências caminham para se pesquisar variáveis sobre barreiras na comunicação, na informação e, também, as barreiras tecnológicas, atitudinais, arquitetônicas e urbanísticas. Contudo, observa-se uma escassez de estudos que utilizam as barreiras nos transportes como variáveis nos estudos. Quando se deseja encontrar um estudo que aborde algum tipo de deficiência específica relacionada à acessibilidade, como à educação, a literatura é clara ao demonstrar que é possível localizar basicamente estudos que enfatizam a deficiência visual ou auditiva, deixando de lado as demais deficiências. Destaca-se a necessidade de que os pesquisadores também se atentem aos outros tipos de deficiências existentes na sociedade, tonando-se um campo a ser explorado (Santana Porte, Rocha e Cléber, 2022).

Neste sentido, esta pesquisa vem contribuir para reflexões mais amplas no que diz respeito à promoção de um ambiente seguro, acessível e inclusivo para a pessoa com deficiência visual no transporte público. Estar atento às suas necessidades, converge com a redução de desigualdades nos mais variados sentidos da inclusão social. Importa ressaltar, que apenas as leis vigentes não são suficientes para a real inclusão das pessoas com deficiência, em todas as instâncias da sociedade.

Precisamos vencer a mais difícil das barreiras existentes nos eixos da acessibilidade, a barreira atitudinal, aquela ligada ao comportamento das pessoas (Rodrigues, 2020). Dado o exposto, o objetivo desta pesquisa foi identificar estratégias que facilitem o acesso e a acessibilidade no cotidiano de pessoas com deficiência visual no transporte público.

MÉTODO

Trata-se de um estudo interpretativo, de abordagem qualitativa (Gil, 2019), fundamentada na Sociologia Compreensiva e do Quotidiano de Michel Maffesoli (Maffesoli, 2020), direcionado pelo protocolo *Consolidated Criteria for Reporting Qualitative Research* (COREQ) (SOUZA *et al.*, 2021). A pesquisa qualitativa permite compreender a parte humana e individual baseada nas percepções de cada um, bem como obstinar-se no significado das relações humanas levando em conta os diferentes pontos de vista (Stake, 2016).

A pesquisa foi realizada com 20 sujeitos, dos quais 10 usuários do transporte público do sul do Brasil (cinco pessoas com deficiência visual e outras cinco pessoas sem deficiência declarada) e 10 profissionais desse mesmo transporte, sendo: quatro motoristas, três cobradores, um fiscal de transporte do terminal, um vigilante e um porteiro. A seleção dos participantes foi aleatória. Considerou-se como critérios de inclusão: usuários do transporte público que passavam pelo terminal, maiores de 18 anos e profissionais do transporte público.

A coleta de dados foi feita pelo próprio pesquisador e aconteceu durante todo o mês de abril de 2024, durante o período da tarde, período de maior fluxo de pessoas nas imediações do Terminal de Integração, principal terminal de ônibus dentre os seis distribuídos na cidade.

Foram realizadas entrevistas individuais, guiadas por um roteiro semiestruturado, desenvolvido pelo autor principal, envolvendo questões sobre a caracterização dos participantes e baseado em duas questões norteadoras: Na sua opinião, quais estratégias podem ser implementadas para melhorar o acesso e a acessibilidade de deficientes visuais que usam o transporte público?; O que pode ser feito para que os usuários do transporte público possam melhor acolher as pessoas com deficiência visual que transitam pelo transporte?

As entrevistas foram audiogravadas, com duração média de 30 minutos. A coleta de dados foi realizada a partir do momento em que foi observada a saturação dos dados. O conceito de saturação teórica se refere ao estabelecimento de critérios para a identificação dos participantes, objetivando uma seleção que proporcione os dados necessários para atingir os objetivos estabelecidos e a suspensão da inclusão de novos participantes quando os dados coletados passarem a apresentar redundância ou repetição (Fontanella; Ricas; Turato, 2008).

O processo de Análise de Conteúdo sugerida por Bardin (2011) compreendeu as fases: pré-análise, exploração do material, tratamento dos resultados: interpretação e inferência. Os dados foram organizados em um quadro para facilitar a leitura flutuante e construção do *corpus*

do tema estruturado. A codificação partiu das unidades de registro (recorte das falas) para a categorização simbólica, buscando o agrupamento semântico (significado dos códigos).

A pesquisa foi conduzida de acordo com as diretrizes de ética nacionais e internacionais e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal de Santa Catarina, Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE) nº sob o parecer nº 77561024.3.0000.0121 e número do parecer 013.017/2024. Atendendo à necessidade de garantia do anonimato dos participantes, estes foram identificados no estudo por meio do código “EP” para Entrevista com Profissionais e “EU” Entrevista com Usuário do transporte público, seguido do número arábico na ordem em que aconteceram as entrevistas.

RESULTADOS

A amostra foi constituída por 20 sujeitos. Dentre os 10 profissionais do transporte público, oito eram do sexo masculino e dois do sexo feminino, com idade entre 30 e 58 anos e tempo de atuação no transporte público entre um e 24 anos. Quanto à ocupação, obteve-se quatro motoristas; quatro cobradores; um vigilante e um fiscal do transporte. Em relação ao nível de escolarização, sete participantes tinham o ensino médio completo; dois o ensino médio incompleto e um possuía o ensino fundamental completo.

Quanto aos 10 usuários do transporte público, sete eram do sexo feminino e três do sexo masculino. Em relação à escolaridade: ensino fundamental completo (7), ensino fundamental (1), ensino médio incompleto (2), ocupando as mais variadas profissões (Do lar, Cuidadora, Atendente, Telefonista Serviços gerais, Aposentada, Auxiliar administrativa, Estudante, Mecânico e Trabalhador autônomo).

A análise dos dados acerca das estratégias que facilitam o acesso e a acessibilidade no cotidiano de pessoas com deficiência visual no transporte público, possibilitou a construção de duas categorias e suas respectivas subcategorias, a saber: **Dimensões sensíveis às necessidades da pessoa com deficiência visual**: Solidariedade orgânica: olhos que acolhem; Movimento de aproximação: colocar-se no lugar do outro; Pessoa referência para orientar o local de embarque e **Dimensões físico sensoriais às necessidades da pessoa com deficiência visual**: Acesso bem definido, seguro e livre de obstáculos; Alerta sonoro; Trabalho de sensibilização para usuários e profissionais; e Acesso facilitado na presença do cão-guia.

Dimensões sensíveis às necessidades da pessoa com deficiência visual

Esta perspectiva inclui a experiência cotidiana e as vivências de pessoas com deficiência percebida pelo outro. Neste sentido, traz a solidariedade orgânica quando o outro se identifica, estabelecendo uma empatia. Assim, se apresenta as subcategorias elencadas nesta dimensão:

Solidariedade orgânica: olhos que acolhem

Na percepção dos profissionais e usuários do transporte público, a solidariedade orgânica é uma estratégia que pode favorecer o acesso e a acessibilidade de pessoas com deficiência visual. Caracterizada pela ação de auxiliar e estar atento às necessidades de informação, a solidariedade orgânica se mostra no braço que oferece apoio e no estar disponível para acompanhar a pessoa com deficiência visual até a plataforma destino.

“Ao ver um deficiente visual, perguntar para onde ele vai, se vai mudar de plataforma e **oferecer ajuda**” (EP1)

“**Auxiliar** essas pessoas desde o início da plataforma até o devido ponto, ter mais **comunicação** para facilitar mais para eles e não deixar eles sofrerem” (EP2)

“Quem trabalha no terminal, **dar mais atenção** a essas pessoas **para não ficarem perdidas**” (EP3)

“**Ajudar a atravessar a rua**, a dar uma **informação**, a exemplo daqueles que ficam esperando ônibus e ninguém diz qual é o ônibus. Ter mais humanidade” (EP7)

“**Ser disponível** para **dar o suporte** necessário às pessoas com deficiência visual, **conversar e acompanhar**” (EP9)

“**Dar apoio**, ajudar o deficiente visual” (EU6)

“**Dar apoio e orientação** aos deficientes visuais” (EU3)

“**Dar informações, oferecer ajuda**, de que forma o DV gostaria de receber ajuda; **oferecer o braço** ao invés de pegar o braço do DV ao **direcioná-lo**” (EU4)

“Apoiar no que o deficiente visual precisar por ele não saber em que lugar ele deve parar” (EU6)

“**Ser amigo, perguntar** se precisa de **ajuda** e dar uma **direção** para ele” (EU8)

Movimento de aproximação: colocar-se no lugar do outro

Colocar-se no lugar do outro, significa para os participantes da pesquisa, ser gentil, ter respeito e empatia pelas pessoas com deficiência visual. É um movimento de aproximação, ou seja, de olhar pelo olhar da outra pessoa para melhor compreender a condição de ser deficiente visual e conviver com as limitações impostas. É possibilitar o que lhes é de direito: acesso e acessibilidade no cotidiano.

“Vai da consciência da pessoa, **se colocar no lugar do outro**, cedendo **lugar que é direito** da pessoa com deficiência no ônibus, por exemplo” (EP4)

“Ter **empatia**, **se colocar no lugar do outro**” (EP6)

“**Ser gentil**, perguntar qual o carro (ônibus) que o deficiente visual vai pegar e levar até onde ele precisa chegar” (EP5)

“Ter **respeito** àqueles que têm **dificuldades de acesso**” (EP10)

“**Respeitar o lugar deles; perguntar o itinerário** que vai, mostrando o ônibus correto” (EU7)

“Ter **empatia** e **ser menos frios**; ter **consciência das limitações** que levam um deficiente visual a **chocar-se contra um usuário**, por exemplo, deixando este nervoso” (EU5)

Pessoa referência para orientar o local de embarque

Ter uma pessoa referência, “um jovem aprendiz” para orientar, acompanhar a pessoa com deficiência visual até a plataforma desejada é uma estratégia de acesso e acessibilidade ao transporte público na percepção de profissionais e usuários.

“Deveria ter um **profissional para auxiliar até onde eles querem ir**” (EP1)

“Poderia ter **alguém para acompanhar** o deficiente visual até o ônibus ou local de embarque” (EP9)

“Deveria ter um **funcionário para levar a pessoa até o ônibus, uma pessoa referência para direcionar**” (EU7)

“Deveriam **contratar pessoas para direcionar ao ponto certo...** porque contratar **jovens aprendizes** para direcionar essas pessoas que precisam muito de nós, para ter essa mobilidade que não têm” (EP2)

“**Orientar e guiar** os deficientes visuais que vão pegar o transporte público” (EU1)

Dimensões físico sensoriais às necessidades da pessoa com deficiência visual

Nesta dimensão, apresenta-se o movimento humano sob ações para a efetivação do acesso e da acessibilidade.

Acesso bem definido, seguro e livre de obstáculos

De acordo com os participantes da pesquisa, para que as pessoas com deficiência visual tenham acesso e acessibilidade ao transporte público é preciso que os pisos táteis tenham continuidade e demarcações de obstáculos. Em contrapartida, por vezes, os pisos táteis não são suficientes porque os usuários fazem fila e/ou apoiam suas mochilas sobre os pisos táteis. Ressaltam ainda, a importância de um acesso seguro, livre de acidentes com pessoas com

deficiência visual, por meio de um corrimão, no seguimento dos pisos táteis, visto que estes ficam muito próximos dos recuos para a entrada dos ônibus, bem como um nivelamento entre a plataforma e o degrau do ônibus.

“**Pisos táteis com direcionamentos mais definidos**” (EU2)

“... Eles sofrem só com o piso tátil que não é suficiente, as pessoas param ali...” (EP2)

“**Marcação antes das grades que limitam continuidade do trajeto de pisos táteis**” (EU5)

“**Colocar um corrimão**, isso tiraria o risco de o deficiente visual cair da plataforma... As pessoas ficam encima da faixa (piso tátil)” (EP5).

“A questão dos **pisos táteis** são **incompletos ou têm obstáculos...** As pessoas não **respeitam a sinalização** para deficientes visuais, para encima ou apoiam suas mochilas” (EU9)

“Tem que **retirar os obstáculos; mais sinalização e menos buracos**” (EU10)

“**Degraus da plataforma mais ao nível do ônibus**” (EU3)

“**Distância entre borda das plataformas e degraus** dos ônibus” (EU5)

Alerta sonoro

Alerta sonoro para pessoas com deficiência visual, configura-se outra estratégia para facilitar o acesso e acessibilidade ao transporte público, além de orientá-los sobre o itinerário de chegadas e partidas.

“**Condição sonora para facilitar**, falando a linha que parou e para qual o destino desejam ir” (EU4)

Sensibilização para usuários e profissionais

O acesso e a acessibilidade ao transporte público é um direito garantido por lei às pessoas com deficiência. Todavia, para as pessoas com deficiência visual torna-se mais complexo pela sua especificidade. Trabalho de conscientização sobre as necessidades da pessoa cega ou com baixa visão com usuários e profissionais do transporte público, é uma estratégia para facilitar o acesso e acessibilidade desta população ao transporte público.

“Um **trabalho de conscientização** para que os deficientes visuais possam ir e voltar sem haver obstáculos, passageiros e profissionais precisam saber sobre as dificuldades” (EU9)

Acesso facilitado na presença do cão-guia

Na percepção do profissional do transporte público, ter que apresentar a carteirinha de identificação, mesmo sendo conduzido por um cão-guia, pode configurar uma situação de

exposição à pessoa com deficiência visual. Entrar pela porta traseira, acompanhado do cão-guia pode ser uma estratégia que facilite o acesso e acessibilidade ao transporte público.

“Quando acompanhado do cão guia, deveria entrar pela porta traseira e sem cobrança de carteirinha, porque não há necessidade e acaba sendo humilhante e desrespeitoso para o deficiente visual” (EP7)

DISCUSSÃO

Os resultados deste estudo evidenciam uma multiplicidade de fatores que influenciam a experiência desses indivíduos em ambientes urbanos movimentados. A partir da análise, fundamentada na Sociologia Compreensiva do Quotidiano de Michel Maffesoli, foi possível observar a complexidade e as nuances presentes nas interações quotidianas de PcDV e outros atores envolvidos nesse contexto.

Todas as barreiras classificadas em atitudinais, urbanísticas, arquitetônicas, sejam nos transportes, nas comunicações ou nas tecnologias, exigem atenção e, com relação às barreiras atitudinais, pensá-las e discuti-las deve servir de impulso para a reflexão acerca das nossas ações diante de nós mesmos e dos outros (Monteiro, 2023).

A subcategoria "Solidariedade orgânica: olhos que acolhem" ressalta a importância do auxílio direto de outras pessoas no cotidiano das PCDV. Isso sugere um entendimento ampliado da noção de solidariedade, onde a ajuda mútua e o apoio espontâneo se tornam elementos essenciais para a convivência urbana. Tal achado dialoga com a teoria de Maffesoli, que enfatiza a interdependência das relações humanas em uma sociedade que, por vezes, negligencia a empatia e a colaboração (Moreira, 2022).

Pensar em solidariedade orgânica a associamos ao espírito do conjunto, à uma solidariedade vinda de baixo, que repousa sobre o sentimento de pertencimento de emoções vividas em conjunto. Nela, todos são membros, fazem parte, agregam-se, participam e “são de”. A solidariedade orgânica faz com que, querendo ou não, cada um faça parte de um conjunto que o constitui pelo que é, pois, a pessoa plural só existe por e graças a outra, isto é, a pessoa é alguém porque o outro a reconhece como tal (Maffesoli, 2014).

Podemos ver a solidariedade orgânica associada ao espírito de viver em comunhão com o outro que repousa sobre o sentimento de pertencimento e a emoções vividas em conjunto, visto que cada pessoa faz parte de um determinado grupo que o constitui pelo que é, pois só se existe na relação com o outro (Maffesoli, 2003).

No entanto, apesar dessa solidariedade observada, a pesquisa evidenciou uma falta de estrutura que dê suporte formal a essa interação. A subcategoria "Movimento de aproximação: colocar-se no lugar do outro" reflete o papel da empatia como um catalisador para o apoio efetivo. Essa empatia, contudo, parece ser limitada por um desconhecimento generalizado sobre como agir de forma prática em prol das pessoas com deficiência visual. Isso reforça a necessidade de programas de capacitação e sensibilização, que incluam tanto os usuários quanto os profissionais do transporte público.

Para se locomover de um local ao outro, a pessoa com deficiência visual precisa de algum meio que a auxilie, a exemplo de bengala, semáforos com alarme sonoro, cão-guia, pisos táteis, entre outros, visto que existe a dificuldade da PcDV. Isso faz com que busquem sempre essa autonomia para terem a qualidade de vida e inclusão social (Nascimento, 2024).

Faz-se crucial implementar medidas para atender às necessidades da pessoa com deficiência visual, especialmente devido ao aumento considerável desse grupo. Com o envelhecimento da população e, embora a bengala auxilie na locomoção, esta pode não detectar obstáculos acima do joelho, aumentando os riscos de acidentes (Santana, 2024). No entanto, para um cego, é indispensável o uso da bengala, já que, por meio dela, é possível a identificação dos mais variados tipos de ambientes, a exemplo de desníveis de solo, degraus, buracos, dentre outros (Santana, 2024).

Os canais sensoriais são maneiras de contato do homem com a realidade ao seu redor, isto é, eles mantêm informações relacionadas ao mundo exterior, assim, os sentidos ajudam nesse processo de apreensão de tudo que acontece ou se passa em seu redor e são responsáveis por enviar informações ao cérebro sobre os acontecimentos e as mudanças do dia a dia, sendo dessa maneira que interpretam as informações no contexto da experiência adquirida (Maia, 2020).

Seguindo o pensamento anterior, a sinalização sonora de um modo geral, mas principalmente nas travessias quando é indicado o exato momento em que o semáforo está fechado para carros, é uma das maiores necessidades da PCDV, sejam as pessoas com cegueira adquirida e congênita, pois pode trazer a sensação de segurança na hora de atravessar a rua, proporciona autonomia e evita acidentes graves, logo, a ausência desta sinalização causa insegurança e pode ocasionar acidentes (Morano, 2019).

Apesar da lei A lei 13.146 (Brasil, 2015) ser construída para assegurar e promover, em condições de igualdade, o caminho tem sido um desafio, pois a atenção à PcDV representa constantes lutas e requer atenção ininterrupta do poder público, da sociedade civil, dos

profissionais envolvidos na saúde ocular e na reabilitação visual para diminuição de barreiras à obtenção de sua melhor qualidade de vida (Bernardo, 2020).

Em nível nacional, por sua vez, cumpre destacar uma grande conquista: a promulgação da Lei Federal Nº 11.126/2005, a qual assegura às pessoas com deficiência visual e que sejam usuárias de cão-guia o “direito de ingressar e de permanecer com o animal em todos os meios de transporte e em estabelecimentos abertos ao público, de uso público e privados de uso coletivo”, (Brasil, 2005, Art. 1º).

Outro ponto relevante que emergiu foi a necessidade de uma "Pessoa referência para orientar o local de embarque". A presença de um profissional de apoio para auxiliar no trajeto entre a entrada do terminal e o ônibus pode ter um impacto significativo na autonomia dos indivíduos com deficiência visual. Destarte, (Santana, Costa, Oliveira, 2022) apontam que a inclusão da PcDV nos diversos contextos, incluindo no trabalho e na mobilidade urbana, é comprometida pelo enfrentamento das barreiras atitudinais e arquitetônicas, como a falta de apoio adequado e recursos que supram suas necessidades. O suporte humano especializado é crucial para superar as **barreiras atitudinais** e práticas que dificultam a inclusão efetiva. Além disso, políticas públicas que assegurem capacitação contínua e sensibilização dos profissionais envolvidos podem contribuir para um ambiente mais inclusivo, favorecendo a participação plena e a igualdade de condições (Santana, Costa, Oliveira, 2022).

A análise também destacou a importância de elementos de infraestrutura acessível, como "Acesso bem definido, seguro e livre de obstáculos: pisos táteis, corrimãos, marcação antes de grades". A implementação de soluções estruturais que garantam a segurança e a autonomia da pessoa com deficiência visual é uma medida imprescindível para a construção de um ambiente verdadeiramente inclusivo (Bernardo; Muñoz Silva, 2020). A existência de tais recursos facilita a navegação pelo espaço e minimiza a dependência de ajuda externa, promovendo, assim, uma maior independência. Estudos demonstram que o uso de mapas táteis e sinalizações em braile, aliados a tecnologias assistivas, pode melhorar significativamente a mobilidade de pessoas com deficiência visual, permitindo que elas desenvolvam mapas cognitivos do ambiente e, conseqüentemente, se desloquem com mais segurança e autonomia (Bernardo; Muñoz Silva, 2020). Tais estratégias são fundamentais para garantir que a infraestrutura não só cumpra normas legais, mas realmente atenda às necessidades práticas dos usuários, ampliando sua participação social e inclusão.

A subcategoria "Alerta sonoro: condição sonora para facilitar" enfatiza a importância de informações auditivas que auxiliem no reconhecimento de locais e trajetos. Essa sugestão

encontra suporte em estudos anteriores, que indicam a eficácia de tecnologias sonoras no aumento da acessibilidade e segurança de pessoas com deficiência visual em ambientes urbanos complexos (Oliveira; Sarmiento, Oiticica, 2024). Complementando essa análise, é importante destacar que a presença de recursos auditivos nas escolas e espaços públicos tem sido uma prática recomendada por especialistas para criar um ambiente mais inclusivo. A implementação de tecnologias assistivas que proporcionem informações sonoras é essencial para assegurar que as pessoas com deficiência visual possam se orientar de maneira independente e com segurança (Santos *et al.*, 2018). Além disso, a audiodescrição e os alertas de voz automatizados são ferramentas que promovem não apenas a mobilidade, mas também uma melhor integração social, permitindo que os usuários interajam com o espaço de forma mais eficaz e reduzam sua dependência de outras pessoas (Santos *et al.*, 2018).

Por fim, a subcategoria "Trabalho de sensibilização para usuários e profissionais" reflete uma percepção crescente de que a inclusão requer um esforço coletivo de conscientização. A capacitação de passageiros e trabalhadores do transporte público para reconhecer as necessidades específicas de PCDV é fundamental para a promoção de uma convivência mais harmoniosa e solidária (Hammes; Nuernberg, 2015). Os resultados indicam que, embora exista uma percepção da importância de agir de forma acolhedora, ainda há uma carência de conhecimento sobre como transformar essa percepção em ações concretas.

A ineficiência no olhar à PcDV compromete sua vivência coletiva no transporte público aponta para a necessidade urgente de intervenções que combinem melhorias estruturais e ações de sensibilização social (Araújo *et al.*, 2011). A conscientização de que a acessibilidade vai além de rampas e elevadores, abrangendo atitudes empáticas e uma estrutura informacional mais inclusiva, é essencial para construir uma cidade verdadeiramente acessível e igualitária (Araújo *et al.*, 2011).

Como fatores limitantes dessa pesquisa, podemos sublinhar o fator temporal, visto que foi necessário respeitar a liberação do comitê de ética para que pudéssemos dar sequência aos trâmites seguintes.

CONCLUSÃO

A pesquisa identificou estratégias fundamentais para facilitar o acesso e a acessibilidade de PcDV no cotidiano do transporte público, incluindo o fortalecimento da solidariedade por meio de campanhas de sensibilização e programas de voluntariado, a

capacitação contínua de motoristas e cobradores, bem como a criação de funções específicas de apoio.

Além disso, destacaram-se melhorias na infraestrutura, como a instalação de pisos táteis, corrimãos e sinalizações adequadas, bem como o uso de alertas sonoros para orientação e aplicativos acessíveis que informem sobre horários e trajetos. O acompanhamento de pessoas com cães-guias, com acesso facilitado e espaços reservados, e programas educativos para usuários e profissionais foram igualmente ressaltados como essenciais. A adoção dessas estratégias pode transformar o transporte público em um ambiente mais seguro, acolhedor e inclusivo, promovendo a autonomia e a dignidade das pessoas com deficiência visual.

A ineficiência no olhar às necessidades da PcDV compromete sua vivência coletiva no transporte público apontando para a necessidade urgente de intervenções que combinem melhorias estruturais e ações de sensibilização social. Essas mudanças podem transformar o transporte público em um espaço mais acolhedor e acessível para todos. A conscientização de que a acessibilidade vai além de rampas e elevadores, abrangendo atitudes empáticas e uma estrutura informacional mais inclusiva, é essencial para construir uma cidade verdadeiramente acessível e igualitária.

A pesquisa também evidenciou que, apesar das dificuldades enfrentadas, há uma parcela da população e dos profissionais que demonstra disposição para apoiar e incluir pessoas com deficiência visual. No entanto, é necessário que essa boa vontade seja acompanhada de ações orientadas e capacitadas que efetivamente façam a diferença na experiência diária dessas pessoas. Assim, a promoção de um transporte inclusivo e sustentável deve se basear em uma combinação de elementos físicos e sociais que, juntos, construam um ambiente urbano mais inclusivo e sustentável.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Marley Rosana Melo de *et al.* Transporte público coletivo: discutindo acessibilidade, mobilidade e qualidade de vida. **Psicologia & Sociedade**, v. 23, p. 574-582, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/XWXTQXKJ44BtT5Qw7dLWgvF/> Acesso em: 09 de abr. 2024.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edição 70, p.226. University Press de France, 2011.

BERNARDO, Cláudio Gonçalves; MUÑOZ, Ivette Kufure; SILVA, Tiago Barros Pontes. Pessoa com deficiência visual e a acessibilidade à informação para mobilidade indoor. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 18, p. e020036, 2020.

Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8661391>. Acesso em: 20 de out. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. **SUS--princípios e conquistas**. Ministério da Saúde, 2000.

BRASIL. **Lei n. 11.126, de 27 de junho de 2005**. Dispõe sobre o direito do portador de deficiência visual de ingressar e permanecer em ambientes de uso coletivo acompanhado de cão-guia. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF, 27 de junho de 2005. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11126.htm Acesso em: 08 de set. 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em: 15 de Jul. 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/const.htm. Acesso em: 11 de nov. 2024.

CASTRO, Maria José Rodrigues; DE OLIVERIA BRASIL, Marcus Vinicius. Acessibilidade informacional para pessoas com deficiência visual em uma biblioteca universitária. **Revista de Ciência da Informação e Documentação**, v. 12, n. 1, p. 104-124, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/incid/article/view/178690> Acesso em: 07 de set. 2024

FREITAS, Marcos Cezar de. **Educação inclusiva: Diferenças entre acesso, acessibilidade e inclusão.** *Cadernos de Pesquisa* 53: e10084, 2023.

FONTANELLA, Bruno José Barcellos; RICAS, Janete; TURATO, Egberto Ribeiro. Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas. **Cadernos de saúde pública**, v. 24, p. 17-27, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/Zbfsr8DcW5YNWVkyMVBByhrN/> Acesso em: 05 de jun. 2024.

GIL, A.C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2019.

HAMMES, Isabel Cristina; NUERNBERG, Adriano Henrique. La inclusión de personas con discapacidad en el lugar de trabajo: un informe sobre la experiencia en el sistema nacional de empleo. **Psicología: Ciência e Profissão**, v. 35, p. 768-780, 2015. Disponível em: <https://repositorio.upse.edu.ec/bitstream/46000/7347/1/UPSE-RCT-2016-Vol.3-No.2-002.pdf> Acesso em: 20 de out. 2024.

MAFFESOLI, M. **O tempo das tribos: o declínio do individualismo nas sociedades de massa**. 5ªed. Rio de Janeiro, Brasil: Forense Universitária, 2014.

MAFFESOLI, Michel. A terra fértil do cotidiano. **Revista Famecos**, v. 15, n. 36, p. 05-09, 2008. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/4409>. Acesso em: 20 de out. 2024.

MAIA, Layla Aristiany Nunes; AGUIAR SOUS, Claudia Catão; de FARIAS, Ruth Raquel Soares. A relação da percepção auditiva com as imagens mentais construídas pelos deficientes visuais. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 12, p. e33291211054-e33291211054,

2020. Disponível em: <https://www.periodicos.capes.gov.br/index.php/acervo/buscador.html?task=detalhes&id=W3117816712> Acesso em: 02 de dez. 2024.

MONTEIRO, Brenda Feitosa *et al.* Práticas Educativas: Acessibilidade e Inclusão com Pessoas com Deficiência Visual. **Caderno impacto em extensão**, v. 3, n. 1, 2023. Disponível em: https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=Caderno+impacto+em+extens%C3%A3o%2C+v.+3&btnG= Acesso em: 03 de out. 2024.

MOR, Raquel; SANTIAGO, Zilsa. Os Sons da Cidade: Entendendo a Cidade pelos Ouvidos das Pessoas com Deficiência Visual. **Encontro Nacional de Conforto no Ambiente Construído**, v. 15, p. 322-331, 2019. Disponível em: https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=Os+Sons+da+Cidade%3A+Entendendo+a+Cidade+pelos+Ouvidos+das+Pessoas+com+Defici%C3%Aancia+Visual.+Encontro+Nacional+de+Conforto+no+Ambiente+Constru%C3%ADdo%2C+v.+15&btnG= Acesso em: 09 de nov. 2024.

MOREIRA, Adriana Belmonte. Contributions of Maffesoli's sensitive rationality to the foundations of territorial and community practices at the health care/social support interface. **Saúde e Sociedade**, v. 31, p. e210481pt, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.org/pdf/sausoc/2022.v31n2/e210481pt/en> Acesso em: 11 de nov. 2024.

NASCIMENTO, Clerisvânia Maria. Aplicativo x como Ferramenta de Locomoção e Navegação do Deficiente Visual. Revista OWL (OWL Journal) - **revista interdisciplinar de ensino e educação**, v. 2, n. 3, p. 79-100, 2024. Disponível em: <https://www.revistaowl.com.br/index.php/owl/article/view/216>. Acesso em: 15 de out. 2024.

ONU Brasil – **Nações Unidas no Brasil. Uma Agenda 2030 . 2015**. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/16>. Acesso em: 15 de out. 2024.

RODRIGUES S, J.; SALETE, C. Como pensar a acessibilidade em artigos de periódicos: tendências em design universal para pessoas com deficiência visual. L. da Silveira y F. Couto (organizadores), **Gestão editorial de periódicos científicos [recurso eletrônico]: tendências e boas práticas**. BU Publicações, p. 105-126, 2020

SANTANA, João Alfredo *et al.* Trajeto Livre-Dispositivo de Detecção de Obstáculos para Auxílio à Mobilidade de Deficientes Visuais. **Revista Contemporânea**, v. 4, n. 6, p. E4847-e4847, 2024. Disponível em: <https://www.semanticscholar.org/paper/TRAJETO-LIVRE-DISPOSITIVO-DE-DETEC%C3%87%C3%83O-DE-OBST%C3%81CULOS-Santana-Ferreira/dab71e7a664bbbc486169713946bfd1aecd9ceaf>. Acesso em: 18 nov. 2024.

SANTANA Porte, Marcelo; ROCHA, José Damião Trindade; PEREIRA, Cléber Augusto. **Barreiras de Acessibilidade para Pessoas com Deficiência no Ensino Superior**. Administração Pública e Gestão Social, v. 14, n. 4, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/apgs> Acesso em: 06 de ago. 2024.

SOUZA, Virginia Ramos dos Santos *et al.* Translation and validation into Brazilian Portuguese and assessment of the COREQ checklist. **Acta paulista de enfermagem**, v. 34, p. eAPE02631, 2021. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ape/a/sprbhNSRB86SB7gQsrNnH7n/?format=pdf&lang=en> Acesso em: 22 de out. 2024.

SANTOS, Aline Darc Piculo *et al.* Tecnologia Assistiva para Pessoas com Deficirncia Visual: uma análise da produção tecnológica no Brasil. **Cadernos de Prospecção**, v. 11, n. 5, p. 1502-1502, 2018. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Paula-Landim/publication/331155681_TECNOLOGIA_ASSISTIVA_PARA_PESSOAS_COM_DE_FICIENCIA_VISUAL_UMA_ANALISE_DA_PRODUCAO_TECNOLOGICA_NO_BRASI_L/links/5c992eab45851506d72bb5cc/TECNOLOGIA-ASSISTIVA-PARA-PESSOAS-COM-DEFICIENCIA-VISUAL-UMA-ANALISE-DA-PRODUCAO-TECNOLOGICA-NO-BRASIL. Acesso em: 18 de nov. 2024.

STAKE, Robert E. **Pesquisa qualitativa: estudando como as coisas funcionam**. Penso Editora, 2016.

7.2 Infográfico Animado

Para o desenvolvimento do infográfico, utilizou-se as etapas de Winder e Dowlabadi (2011), sendo: pré-produção, produção e pós-produção.

Na etapa de **pré-produção**, as informações foram coletadas por meio das entrevistas com usuários e funcionários do transporte público, fundamentadas na revisão da literatura e em registros fotográficos realizados pelo autor para a criação do cenário. Na sequência, foi escrito um roteiro com falas, de modo a atender as estratégias de acesso e acessibilidade à pessoa com, deficiência visual no transporte público.

A **etapa de produção**, consistiu em reunir informações fráficas e textos para criar um infográfico a partir de roteiro incluindo a voz do personagem da animação bem como a descrição do ambiente em questão, isto é, no terminal rodoviário.

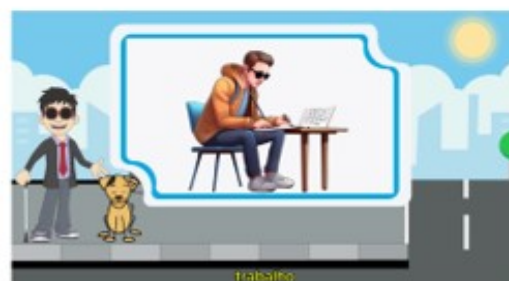
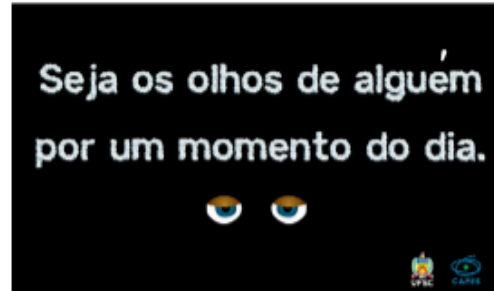
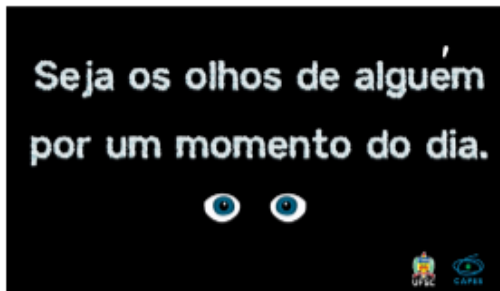
O infográfico foi produzido por meio de diferentes *softwares*. Inicialmente, foram selecionadas duas marionetes do *Software Adobe® Character animator*, sendo uma para representar Nino, o personagem principal, e outra para representar um cachorrinho.

Nino é uma marionete do sexo masculino, na faixa etária entre 30 40 anos, que representa uma pessoa com deficiência visual. O animal que o acompanha, representa o cão-guia do Nino.

O infográfico animado, intitulado: **Seja os olhos de alguém por um momento do dia**, em formato MOV, é legendado, apresenta dimensões 1920 x 1080 pixels, duração de 02 minutos e 05 segundos, áudio estéril e cores em HD.

Na **etapa de pós-produção**, foi realizada uam revisão do infográfico a partir da avaliação de um desiner gráfico, a fim de garantir uma melhor adequação a layout do material.

7.2 Imagens das Cenas do Infográfico Animado





CONSIDERAÇÕES FINAIS

A forma com que as pessoas interagem a fim de prestar auxílio às PcDV em situações cotidianas, tem sido um desafio desde há muito tempo. Apesar de haver leis que asseguram o direito de acesso a todas as pessoas, a sociedade enfrenta o desafio de construir um ambiente inclusivo e acessível para pessoas com deficiência visual, visto que as melhorias andam a passos lentos para que se chegue a um patamar aceitável. Embora avanços significativos tenham sido feitos em diversas áreas, ainda há barreiras a serem superadas.

Muitos espaços públicos e privados não são totalmente ou mesmo não são adaptados, o que limita a mobilidade de as pessoas com deficiência visual, somada a barreiras que limitam ou mesmo que impedem o seu acesso preciso, garantindo o seu direito de ir e vir somado à garantia de viver saudável. A deficiência visual pode impactar, também, a saúde de uma pessoa de várias formas, não apenas em termos físicos, mas também emocionais, psicológicos, além do social, visto que a PcDV se encontra, muitas vezes, limitada para esse desenvolver social por falta de interação com outras pessoas.

Sabemos que falta de visual, seja ela total ou parcial, influenciará no resultado de um viver pessoal e social da PcDV, ainda assim, há pessoas videntes que se sensibilizam e que se comprometem a fazer valer o viver saudável, quando procura oferecer um pouco que seja do seu olhar e do seu tempo a fim de que a PcDV seja auxiliada em sua vida de cidadão de direito.

Pensar em ser saudável, é pensar além da questão de saúde física ou de doença, como se pensa ao falarmos de saúde. São vários pontos que interferem no ser saudável: a moradia, as relações com as pessoas, estudar, ter um trabalho, além de fazer todas as atividades corriqueiras e de direito que todo o ser humano tem direito.

Tantas limitações que a PcDV enfrenta em seu cotidiano, pode a levar ao isolamento, à falta de confiança, ao risco de deficiência cognitiva, caso ela não seja incentivada pela sua família a estudar e a aprender a viver além de suas limitações, sendo encorajada por suas potencialidades de que ela pode executar as suas atividades, independentemente de sua limitação visual, podendo vir a se tornar um bom profissional em uma área que lhe empolgue.

Este estudo traz resultados que alcançam ações para promoção da saúde das PcDV e de suas famílias, sublinhando o compromisso social que precisamos ter ao nos aproximar do cotidiano das pessoas que cuidamos, bem como, contribui para a área, acrescentando, despertando e instigando a possibilidade da realização de novos estudos.

Para os profissionais da saúde, este trabalho poderá contribuir como fonte de conhecimento para a prática profissional nos diferentes níveis de atenção à saúde, que, ao reconhecer a importância dos cuidados à PcDV, poderão ter mais ampla as possibilidades de cuidados às pessoas. Compreender as limitações e as possíveis ações que venham a ajudar a PcDV em seu cotidiano e valorizar as potencialidades de cada indivíduo, de sua família e intervir sobre as fragilidades encontradas, visando a inclusão social.

REFERÊNCIAS

ACIC. **Estatuto Social da Associação Catarinense para Integração do Cego**. Florianópolis: ACIC, 2010. Disponível em: <https://somostodosacic.ecolabore.net/sobre-a-acic/estatuto-acic> Acesso em: 05 de jun. 2023.

AMORIM, Érico Gurgel; MEDEIROS NETA, Olivia Moraes de; GUIMARÃES, Jacileide. **Para uma nova arte de viver: os espaços e as práticas de reabilitação da pessoa com deficiência visual**. *Research, Society and Development*, 9(8),1-22. 2020.

ARAÚJO, Marley Rosana Melo de *et al.* Transporte público coletivo: discutindo acessibilidade, mobilidade e qualidade de vida. **Psicologia & Sociedade**, v. 23, p. 574-582, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/XWXTQXKJ44BtT5Qw7dLWgvF/> Acesso em: 09 de abr. 2024.

ARAÚJO, Luiz Alberto David; DA COSTA FILHO, Waldir Macieira. A Lei 13.146/2015 (O estatuto da pessoa com deficiência ou a lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência) e sua efetividade. **Direito e Desenvolvimento**, v. 7, n. 13, p. 12-30, 2016. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm Acesso em: 12 de jun. 2023.

ARCIA, A.; *et al.* Sometimes more is more: Iterative participatory design of infographics for engagement of community members with varying levels of health literacy. **Journal of the American Medical Informatics Association**, v. 23, n. 1, p. 174–183, 2016. Disponível em: <https://watermark.silverchair.com/ocv079.pdf> Acesso em: 07 de mai. 2024.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edição 70, p.226. University Press de France, 2011.

BERNARDO, Cláudio Gonçalves; Muñoz, Ivette Kufure; Silva, Tiago Barros Pontes e. Pessoa com deficiência visual e a acessibilidade à informação para mobilidade indoor. **RDBC: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 18, p. e020036, 2020. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8661391>. Acesso em: 20 de out. 2024.

BINS Ely, Vera Helena Moro *et al.* Terminal de transporte coletivo acessível. **Blucher Design Proceedings**, v. 2, n. 7, p. 65-76, 2016. Disponível em: <https://www.proceedings.blucher.com.br/article-details/terminal-de-transporte-coletivo-acessivel-22607> Acesso em: 11 de out 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. **SUS--princípios e conquistas**. Ministério da Saúde, 2000.

BRASIL. **Lei n. 11.126, de 27 de junho de 2005**. Dispõe sobre o direito do portador de deficiência visual de ingressar e permanecer em ambientes de uso coletivo acompanhado de cão-guia. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF, 27 de junho de 2005. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11126.htm Acesso em: 08 de set. 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em: 15 de Jul. 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/const.htm. Acesso em: 11 de nov. 2024.

CASTRO, Maria José Rodrigues; DE OLIVERIA BRASIL, Marcus Vinicius. Acessibilidade informacional para pessoas com deficiência visual em uma biblioteca universitária. **Revista de Ciência da Informação e Documentação**, v. 12, n. 1, p. 104-124, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/incid/article/view/178690> Acesso em: 07 de set. 2024

BOSCHI, Alessiana *et al.* **O Serviço Social da Associação Catarinense para Integração do Cego (ACIC) no processo de reabilitação:** principais estratégias. Trabalho de Conclusão de Curso Bacharel em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, 2010. Disponível em: <https://repositorio-api.animaeducacao.com.br/server/api/core/bitstreams/8bf5aa81-a367-4421-9a29-c1c3d5a14d20/content> Acesso em: 25 de ago 2023.

BORGES, Debora Rodrigues Frescura Boeing. **Serviço social e o reconhecimento do processo de negligência:** desafios e possibilidades à atuação interdisciplinar na Associação Catarinense para Integração do Cego-ACIC. Serviço Social-Unisul Virtual, 2019. Disponível em: <https://repositorio-api.animaeducacao.com.br/server/api/core/bitstreams/8bf5aa81-a367-4421-9a29-c1c3d5a14d20/content> Acesso em: 07 de set. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. **SUS--princípios e conquistas.** Ministério da Saúde, 2000.

BRASIL. **Lei n. 11.126, de 27 de junho de 2005.** Dispõe sobre o direito do portador de deficiência visual de ingressar e permanecer em ambientes de uso coletivo acompanhado de cão-guia. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF, 27 de junho de 2005.

BRASI. **Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em: 15 de Jul. 2023.

BRASIL. **Secretaria de Direitos Humanos. Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência.** 5.ed. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2014.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/const.htm. Acesso em: 11 nov. 2024
Acesso em: 15 de jul. 2023.

BRIDI, C. A. Deficiência, handicap e alguns demônios da inclusão. **Revista Educação Especial, Santa Maria**, n. 18, p. 1 – 6, 2001. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/5184/3179>. Acesso em: 23 de julh. 2024.

BRUNO, Marilda Moraes Garcia; NASCIMENTO, Ricardo Augusto Lins do. Política de Acessibilidade: o que dizem as pessoas com deficiência visual. **Educação e Realidade**, v. 44, n. 1, p. e84848, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/ShdbzbddyXYwcqzT74Lpx9D/> Acesso em: 08 de mai. 2024.

CAMARGO, Marcelo Giacomazzi. Mapeando agências: considerações sobre modos de existir no Terminal de Integração do Centro, em Florianópolis/SC. **Anais da ReACT-Reunião de Antropologia da Ciência e Tecnologia**, v. 2, n. 2, 2015. Disponível em: <https://ocs.ige.unicamp.br/ojs/react/article/view/1389> Acesso em: 16 de ago. 2023.

CAREGNATO, Rita Catalina Aquino; MUTTI, Regina. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. **Texto & Contexto-Enfermagem**, v. 15, n, p. 679-684, 2006.

CASTRO, Maria José Rodrigues; de Oliveira Brasil, Marcus Vinicius. Acessibilidade informacional para pessoas com deficiência visual em uma biblioteca universitária. **Revista de Ciência da Informação e Documentação**, v. 12, n. 1, p. 104-124, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/incid/article/view/178690> Acesso em: 19 de abr. 2024.

CEREWUTA, Pollyanna Marinho Medeiros et al. Condução coercitiva: uma abordagem sobre a liberdade de locomoção. **Facit Business and Technology Journal**, v. 1, n. 27, p. 2021.

CERICATO, Graziela; Fernandes, Ana Paula. Implicações da deficiência visual na capacidade de controle de placa bacteriana e na perda dental. **Revista da Faculdade de Odontologia-UPF**, v. 13, n. 2, p.: 2008. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-497076> Acesso em: 14 de nov. 2023.

CORDEIRO, Alexander Magno *et al.* Revisão sistemática: uma revisão narrativa. **Revista do colégio brasileiro de cirurgiões**, v. 34, n. p. 428-431, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rcbc/a/CC6NRNtP3dKLgLPwcgmV6Gf/> Acesso em: 08 de julh. 2023.

CUNHA, Adriana Monteiro; dos Santos, Sidnei Cerqueira. Tecnologias Assistivas para Pessoas com Deficiência Visual. **Cadernos de Prospecção**, v. 15, n. 1, p. 215-227, 2022. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/331155681_TECNOLOGIA_ASSISTIVA_PARA_PESSOAS_COM_DEFICIENCIA_VISUAL_UMA_ANALISE_DA_PRODUCAO_TECNOLOGICA_NO_BRASIL Acesso em: 02 dez. 2023. Acesso em: 12 de mai. 2023.

ELI, Julia Roberta. **Aspectos sensoriais: um centro de integração ao cego**. Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação - UFSC. Centro Tecnológico. Arquitetura e Urbanismo, Florianópolis, Brasil, 2020.

ENGELA, M. H. T, *et.al.* Uso das tecnologias em saúde na atenção básica às pessoas em condições de hipertensão arterial sistêmica. **Rev Fund Care Online**. v. 10, n. 1, p. 75-84, 2018. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-908429> Acesso em: 09 de set. 2023.

FAVRETO, Débora Oliveira; DE CARVALHO, Emília Campos; CANINO, Silvia Rita Marin da Silva. Intervenções realizadas pelo enfermeiro para melhorar a comunicação com deficientes visuais. **Revista da Rede de Enfermagem do Nordeste**, v. 9, n. 3, p. 68-73, 2008. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/rene/article/view/5065> Acesso em: 10 de out. 2023.

FILATRO, A. **Design Instrucional na prática**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2008.

FISCHER, A. **Manual prático de linguagem inclusiva**. Vila Madalena: Tecidas Consultoria, 2020. Disponível em:

https://irpcdn.multiscreensite.com/87bdaac3/files/uploaded/manualplinguageminclusiva_neo.pdf. Acesso em: 08 de ago. 2024.

FONTANELLA, Bruno José Barcellos; RICAS, Janete; TURATO, Egberto Ribeiro. Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas. **Cadernos de saúde pública**, v. 24, p. 17-27, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/Zbfsr8DcW5YNWVkymVByhrN/> Acesso em: 05 de jun. 2024.

GIL, A.C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2019.

HAMMES, Isabel Cristina; NUERNBERG, Adriano Henrique. La inclusión de personas con discapacidad en el lugar de trabajo: un informe sobre la experiencia en el sistema nacional de empleo. **Psicología: Ciência e Profissão**, v. 35, p. 768-780, 2015. Disponível em: <https://repositorio.upse.edu.ec/bitstream/46000/7347/1/UPSE-RCT-2016-Vol.3-No.2-002.pdf> Acesso em: 14 de julh. 2024.

FRANÇA, Inácia Sátiro Xavier; PAGLIUCA, Lorita Marlena Freitag. Acessibilidade das pessoas com deficiência ao SUS: fragmentos históricos e desafios atuais. **Rev Rene**, v. 9, n. 2, p. 16, 2008.

FREITAS, Marcos Cezar de. "Educação inclusiva: Diferenças entre acesso, acessibilidade e inclusão. **Cadernos de Pesquisa** 53: e10084, 2023.

FREITAS FERNANDES, Cristiane Maria; BARBOSA, Ycarim Melgaço. Acessibilidade ao espaço urbano para pessoas com deficiência física e mobilidade reduzida. **Contribuições a las ciencias sociales**, v. 17, n. 6, p. E7551-e7551, 2024.

FREITAS, M. C. **Educação Inclusiva: diferenças entre acesso, acessibilidade e inclusão**. Cad. Pesqui., São Paulo, v. 53, e10084, 2023.

GIL, A.C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GUEDES, Ricardo Augusto Paletta. Glaucoma, saúde coletiva e impacto social. **Revista Brasileira de Oftalmologia**, v. 80, n.1, p. 05-07, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbof/a/kHLnFkWbc6jDWz3sQbvyhtR/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 15 de set. 2023.

HAMMES, Isabel Cristina; NUERNBERG, Adriano Henrique. La inclusión de personas con discapacidad en el lugar de trabajo: un informe sobre la experiencia en el sistema nacional de empleo. **Psicología: Ciência e Profissão**, v. 35, p. 768-780, 2015. Disponível em: <https://repositorio.upse.edu.ec/bitstream/46000/7347/1/UPSE-RCT-2016-Vol.3-No.2-002.pdf> Acesso em: 20 de out. 2023.

HERDMAN TH, Kamitsuru S. **Diagnósticos de enfermagem da NANDA: definições e classificação 2021-2023**. Porto Alegre: Artmed; 2021.

HERSENS, J. **Designing architecture for more: A framework of haptic design parameters with the experience of people born blind**. Heverlee: PHL University College-University Hasselt, 2011. p.44.

LASTE, M. E. **Infográfico Animado: Divertindo o Aprendizado Ambiental**. Projeto de Conclusão de Curso submetido ao Curso de Design. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2016.

LIMA, Débora Luiz; SOUZA Moraes, Alender Max. Direito à acessibilidade e inclusão social da pessoa com deficiência visual. **Revista jurídica direito, sociedade e justiça**, v. 9, n. 14, p. 161-161, 2022. Disponível em: <https://www.stj.jus.br/sites/portalp/Paginas/Comunicacao/Noticias/2024/22092024-Decisoes-do-STJ-em-prol-da-acessibilidade-e-de-outros-direitos-da-pessoa-com-deficiencia.aspx> Acesso em: 03 de nov. 2023.

LYRA, K.T. *et al.* **Infographics or Graphics+Text: Which Material is Best for Robust Learning?**. 16ª conferência internacional sobre tecnologias de aprendizagem avançadas (icalt). IEEE, 2016. p. 366-370. Disponível em: <https://ieeexplore.ieee.org/abstract/document/7756999/>. Acesso em: 05 de novembro 2023.

LOUREIRO, Francisco Lucas Bonfim; FÉLIX, Kevin Andrew da Costa. Perfil clínico e epidemiológico dos pacientes com glaucoma atendidos em um ambulatório no interior da Amazônia. **Revista Brasileira de Oftalmologia**, v. 79, n.1, p. 12-20, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbof/a/x5X7YwjXXrDQhkhZrKk8cSm/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 09 de ago. 2023.

LUZ, G. Y.; HEINISCH, L. M.; Dorneles, V.G.; BINS Ely, V. H. M. **Acessibilidade e Apropriação em Espaços Abertos**. n. 1, p. 241. Ed. UFSC. Florianópolis. 2013.

MACHADO, M. A. **Avaliação da influência do crescimento populacional na balneabilidade da Lagoa da Conceição**. Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. 2019.

MAFFESOLI, Michel, O imaginário é uma realidade. Porto Alegre: **Revista Famecos**, nº 15, agosto 2001. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/revistafamecos/article/view/3123> Acesso em: 09 de mai 2024.

MAFFESOLI, Michel, **O tempo retorna: formas elementares da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012. . A comunicação sem fim, p. 13-20, 2012.

MANZINI, Eduardo José. Inclusão e acessibilidade. **Revista da Sobama**, v. 10, n. 1, p. 31-36, 2005. Disponível em: <https://www.pessoacomdeficiencia.sp.gov.br/wp-content/uploads/2020/04/Inclus%C3%A3o-e-Acessibilidade.pdf> Acesso em: 15 de set. 2023.

MAFFESOLI, Michel. A terra fértil do cotidiano. **Revista Famecos**, v. 15, n. 36, p. 05-09, 2008. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/4409>. Acesso em: 20 de out. 2024.

MAFFESOLI M. **O conhecimento comum: introdução à sociologia compreensiva**. 2a ed. Porto alegre: Sulina; 2010.

MAFFESOLI, M. **O Instante Eterno: o retorno do trágico nas sociedades pós-modernas**. São Paulo, Brasil: Zouk, 2003.

MAFFESOLI, M. **O tempo das tribos: o declínio do individualismo nas sociedades de massa**. 5ªed. Rio de Janeiro, Brasil: Forense Universitária, 2014.

MAFFESOLI, Michel. A terra fértil do cotidiano. **Revista Famecos**, v. 15, n. 36, p. 05-09, 2008. Disponível em:

<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/4409>.

Acesso em: 20 de out. 2024.

MAIA, Layla Aristiany Nunes; AGUIAR SOUS, Claudia Catão; de FARIAS, Ruth Raquel Soares. A relação da percepção auditiva com as imagens mentais construídas pelos deficientes visuais. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 12, p. e33291211054-e33291211054, 2020. Disponível em:

<https://www.periodicos.capes.gov.br/index.php/acervo/buscaador.html?task=detalhes&id=W3117816712> Acesso em: 02 de dez. 2024.

MARTINS, Kaisy Pereira *et al.*, Percepção da equipe de enfermagem acerca da acessibilidade física e de comunicação de pessoas com deficiência visual/Perception of nursing staff about physical accessibility and communication of people with visual impairment< b. **Ciencia, Cuidado e Saúde**, v. 14, n. 2, p. 1019-1026, 2015.

MEIRA, Renata Braga *et al.*, Aplicação de uma metodologia na regulação em saúde para otimização da gestão da qualidade. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 5, p. e51211528517-e51211528517, 2022.

MERHY, Emerson Elias *et al.* Basic Healthcare Network, field of forces and micropolitics: implications for health management and care. **Saúde em Debate**, v. 43, n.1, p. 70-83, 2020.

DE MELO DOTTO, Júlia *et al.* Avaliação da qualidade dos serviços de atenção primária à saúde acessados por idosos em dois distritos de Porto Alegre, RS, Brasil. **Revista Da Faculdade De Odontologia-UPF**, v. 21, n. 1, 2016. Disponível em: <https://seer.upf.br/index.php/rfo/article/view/5385> Acesso em: 04 de jun. 2023.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. **Aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos.** Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html. Acesso em 12 de nov. 2023.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Conselho Nacional de Saúde**. Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2016/res0510_07_04_2016.html. Acesso em 12 de nov. 2023.

MÓDULO, C.M. **Infográficos: características, conceitos e princípios básicos**. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação da Região Sudeste. p. 1-15. 2007. Disponível em: <http://www.itercom.org.br/papers/regionais/sudeste2007/resumos/r0586-1.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2023.

MONTAIGNE, M. **Os Ensaio**. Trad. Rosemary Costhek Abílio. São Paulo: Martins Fontes, v. 3, 2001, 2002, 2006.

MONTEIRO, Brenda Feitosa *et al.* Práticas Educativas: Acessibilidade e Inclusão com Pessoas com Deficiência Visual. **Caderno impacto em extensão**, v. 3, n. 1, 2023. Disponível em: <https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt->

[BR&as_sdt=0%2C5&q=Caderno+impacto+em+extens%C3%A3o%2C+v.+3&btnG=](#) Acesso em: 03 de out. 2024.

MOR, Raquel; SANTIAGO, Zilsa. Os Sons da Cidade: Entendendo a Cidade pelos Ouvidos das Pessoas com Deficiência Visual. **Encontro Nacional de Conforto no Ambiente Construído**, v. 15, p. 322-331, 2019. Disponível em: https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=Os+Sons+da+Cidade%3A+Entendendo+a+Cidade+pelos+Ouvidos+das+Pessoas+com+Defici%C3%Aancia+Visual.+Encontro+Nacional+de+Conforto+no+Ambiente+Constru%C3%ADdo%2C+v.+15&btnG= Acesso em: 09 de nov. 2024.

MORANO, Raquel; SANTIAGO, Zilsa. Os Sons da Cidade: Entendendo a Cidade pelos Ouvidos das Pessoas com Deficiência Visual. **Encontro Nacional de Conforto no Ambiente Construído**, v. 15, p. 322-331, 2019.

MOREIRA, Adriana Belmonte. Contributions of Maffesoli's sensitive rationality to the foundations of territorial and community practices at the health care/social support interface. **Saúde e Sociedade**, v. 31, p. e210481pt, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.org/pdf/sausoc/2022.v31n2/e210481pt/en> Acesso em: 11 de nov. 2024.

NASCIMENTO, Clerisvânia Maria. Aplicativo x como Ferramenta de Locomoção e Navegação do Deficiente Visual. Revista OWL (OWL Journal) - **revista interdisciplinar de ensino e educação**, v. 2, n. 3, p. 79-100, 2024. Disponível em: <https://www.revistaowl.com.br/index.php/owl/article/view/216>. Acesso em: 15 de out. 2024.

MOREIRA, Adriana Belmonte. Contributions of Maffesoli's sensitive rationality to the foundations of territorial and community practices at the health care/social support interface. **Saúde e Sociedade**, v. 31, p. e210481pt, 2022.

NASCIMENTO, Clerisvânia Maria. Aplicativo x como Ferramenta de Locomoção e Navegação do Deficiente Visual. Revista OWL (OWL Journal) - **revista interdisciplinar de ensino e educação**, v. 2, n. 3, p. 79-100, 2024. Disponível em: <https://www.revistaowl.com.br/index.php/owl/issue/view/9> Acesso em: 10 de out. 2023.

NITSCHKE, R. G. *et al.* **Contribuições do pensamento de Michel Maffesoli para pesquisa em enfermagem e saúde**. Texto contexto - enferm., Florianópolis, v. 26, n. 4, e3230017, 2017.

NISHIYAMAN, Adolfo Mamoru. Humanos, Direitos. O direito das pessoas com deficiência à educação: a acessibilidade como instrumento do exercício da cidadania. **Revista dos Tribunais** vol, v. 1035, n. 2022, p. 57-73, 2022. Disponível em: <https://bdjur.stj.jus.br/jspui/handle/2011/161235> Acesso em: 23 de mar 2023.

NÓBREGA, Juliana Fernandes *et al.* A sociologia compreensiva de Michel Maffesoli: implicações para a pesquisa em enfermagem. **Cogitare Enfermagem**, v. 17, n. 2, p. 373-376, 2012.

OLIVEIRA, Cassandra Melo; NUNES, Carlos Henrique Sancineto da Silva. **Instrumentos para avaliação psicológica de pessoas com deficiência visual**: Tecnologias para desenvolvimento e adaptação. Psicologia: Ciência e Profissão, v. 35, n. p. 886-899, 2015.

OLIVEIRA, Italo Pena *et al.* **Estratégias e desafios em prevenção à cegueira e deficiência visual.** Medicina (Ribeirão Preto), v. 55, n. 2, p., 2022.

OLIVEIRA, Ricardo Antunes Dantas de *et al.* Barreiras de acesso aos serviços em cinco Regiões de Saúde do Brasil: percepção de gestores e profissionais do Sistema Único de Saúde. **Cadernos de saúde Pública**, v. 35, n. 11, p. e00120718, 2019..

OLIVEIRA, S., Sarmiento, T., & Oiticica, M. L. G. da R. (2024). **Paisagem Sonora de Pessoas com Deficiência Visual: Uma Revisão de Literatura.** Interfaces Científicas - e Sociais, 12(2), 59–72. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/humanas/article/view/11901>. Acesso em 02 de nov. 2024.

ONU Brasil – **Nações Unidas no Brasil. Uma Agenda 2030 . 2015.** Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/16>. Acesso em: 15 de out. 2024.

ORTEGA, Mariana Martins *et al.* Assistência em saúde bucal na percepção das pessoas com deficiência visual. **Cadernos Saúde Coletiva**, v. 27, n. p. 331-337, 2019.

PEREIRA, Isabella Dela Roca. **Espaço Interativo para Deficientes Visuais.** Arquitetura-Florianópolis, 2019. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/items/1b204de8-4990-4be0-b256-b4ca1a64868/full> Acesso em: 15 de set. 2023.

PINTO, Carolina; BELINASSO, Giovanna Farias Feijó. **Acessibilidade em edificações históricas no centro de Florianópolis**, sc.[Accessibility in historical edifications in the center of Florianópolis, SC.]. Seminario Internacional de Investigación en Urbanismo, n. 12, 2020.

PITTA, Danielle Perin Rocha. Elementos de método na obra de Michel Maffesoli. **Logos**, v. 4, n. 1, p. 20-23, 1997.

PLETSCH, Márcia Denise *et al.* **Acessibilidade e desenho universal na aprendizagem.** Campos de Goytagazes: Encontrografia/ANPED, v. 1, n. p. 13-25. 2021.

POLIT, D. F.; Beck, C. T. **Fundamentos de Pesquisa em Enfermagem: Avaliação de Evidências para a prática da enfermagem.** 7ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2019.

RODRIGUES S, J.; Salete, C. Como pensar a acessibilidade em artigos de periódicos: tendências em design universal para pessoas com deficiência visual. L. da Silveira y F. Couto (organizadores), **Gestão editorial de periódicos científicos [recurso eletrônico]: tendências e boas práticas.** BU Publicações, p. 105-126, 2020

SANTANA, Tainara Sardeiro *et al.* Enfermeiro na reabilitação visual: uma nova área de atuação. **Brazilian Journal of Development**, v. 7, n. 5, p. 45852-45860, 2021.

SANTANA, João Alfredo *et al.* Trajeto Livre-Dispositivo de Detecção de Obstáculos para Auxílio à Mobilidade de Deficientes Visuais. **Revista Contemporânea**, v. 4, n. 6, p. E4847-e4847, 2024. Disponível em: <https://www.semanticscholar.org/paper/TRAJETO-LIVRE-DISPOSITIVO-DE-DETECCAO-DE-OBSTACULOS-Santana-Ferreira/dab71e7a664bbbc486169713946bfd1aecd9ceaf>. Acesso em: 18 de nov. 2024.

SANTANA Porte, Marcelo; ROCHA, José Damião Trindade; PEREIRA, Cléber Augusto. **Barreiras de Acessibilidade para Pessoas com Deficiência no Ensino**

Superior. Administração Pública e Gestão Social, v. 14, n. 4, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/apgs> Acesso em: 06 de ago. 2024

SANTOS, Aline Darc Piculo *et al.* Tecnologia Assistiva para Pessoas com Deficiência Visual: uma análise da produção tecnológica no Brasil. **Cadernos de Prospecção**, v. 11, n. 5, p. 1502-1502, 2018. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Paula-Landim/publication/331155681_TECNOLOGIA_ASSISTIVA_PARA_PESSOAS_COM_DEFICIENCIA_VISUAL_UMA_ANALISE_DA_PRODUCAO_TECNOLOGICA_NO_BRASIL/links/5c992eab45851506d72bb5cc/TECNOLOGIA-ASSISTIVA-PARA-PESSOAS-COM-DEFICIENCIA-VISUAL-UMA-ANALISE-DA-PRODUCAO-TECNOLOGICA-NO-BRASIL. Acesso em: 18 de nov. 2024.

SCHWEITZER, Fernanda. A sociedade e a informação para os deficientes visuais: relato de pesquisa The society and the information for to the deficient appearances: research report p. 273-285. **Revista ACB**, v. 12, n. 2, p. 273-285, 2007. Acesso em: 04 de jul. 2023.

SILVA, Marcio Rafael; HEINEMANN, Guilherme Eduardo Guterres; GREGOL, Marcia. Incidência de dor e impacto na qualidade de vida de pessoas com deficiência visual praticantes de goalball. **Brazilian Journal of Health Review**, v. 4, n. 3, p. 10356-10370, 2021.

SILVA A, Thaís Botelho; ANDRADE Trindade, Jorge Luiz; GLIMM, Simone. **Acessibilidade e inclusão social de idosos dependentes sob o olhar do cuidador familiar**. Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento, v. 22, n. 1, 2017.

SILVA, Gláucia Pinheiro da. **O significado do trabalho para o deficiente visual**. Dissertação de mestrado. PUC Minas. Belo Horizonte, 2007. Disponível em: http://www.pucminas.br/documentos/dissertacoes_glaucia_silva.pdf. Acesso em: 25 de julh.2024.

SILVA, Josimey Costa. Notas sobre a empatia: senso e contrassenso da alimária humana. **Espiral-Revista do Instituto de Estudos da Complexidade**, v. 3, p. 66-72, 2019

SOUSA, A. A. *et al* Development of an educational game about cervical cancer and its forms of prevention . **Research, Society and Development**, v. 11, n. 7, p. e27811730098, 2022.

SOUTO, J. S. S. *et al.* Aprendizagem do raciocínio diagnóstico de enfermagem de estudantes por meio de tecnologias educacionais: revisão integrativa. **Revista Eletrônica de Enfermagem**, v. 24, n. p.:1-16. 2022. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fen/article/view/68182> Acesso em 02 de abr. 2024.

SOUZ, Maria Clara Batista de *et al.* **Etiologia da deficiência visual, com ênfase nos agentes infecciosos, dos alunos admitidos em um centro de referência nacional na área da deficiência visual** (2015-2021). Tese (Doutorado em Medicina Tropical) – Instituto Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2022.

SOUZA, Bianca Pereira; da HORA, Dinair Leal. Escola Justa: Uma revisão narrativa. **Research, Society and Development**, v. 12, n. 1, p. e12712139606-e12712139606, 2023.

SOUZA, Virginia Ramos dos Santos *et al.* Translation and validation into Brazilian Portuguese and assessment of the COREQ checklist. **Acta paulista de enfermagem**, v. 34, p. eAPE02631,

2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ape/a/sprbhNSRB86SB7gQsrNnH7n/?format=pdf&lang=en> Acesso em: 22 de out. 2024.

STAKE, Robert E. **Pesquisa qualitativa: estudando como as coisas funcionam**. Penso Editora, 2016.

STARFIELD, Barbara; Shi, Leiyu. **The medical home, access to care, and insurance: a review of evidence**. Pediatrics, v. 113, n. Supplement_4, p. 1493-1498, 2004.

STURZA, Janaína Machado; LEVES, Aline Michele Pedron; CARVALHO, Andressa Simmi. A saúde como um sistema social: do risco da inefetividade à judicialização excessiva em matéria de medicamentos. **Revista Jurídica Cesumar-Mestrado**, v. 19, n. 2, p. 557-586, 2019.

THOLL, Adriana Dutra *et al.* **O cotidiano e o ritmo de vida de pessoas com lesão medular e suas famílias**: potências e limites na adesão à reabilitação para a promoção da saúde. 2015.

VIDAL, Sandra Regina Martini. Construção do sistema social da saúde a partir da Teoria Sistêmica de Niklas Luhmann. **Revista de Direito Sanitário**, v.16, n.1, mar./jun., p. 112-127, 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-9044.v16i1p112-127>. Acesso em: 22 de jul. 2024.

WHEELER, Alina. **Design de identidade da marca**: Guia Essencial para Toda a Equipe de Gestão de Marcas. Bookman Editora: Porto Alegre, 2019.

WINDER, Catherine. Dowlatabadi, Zahara. **Producing Animation**. 2.ed. Elsevier Inc: London. 2011.

APÊNDICE A - INSTRUMENTO PARA COLETA DE DADOS DOS PROFISSIONAIS DO TRANSPORTE PÚBLICO DE FLORIANÓPOLIS



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
DEPARTAMENTO DE GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM

Entrevista nº _____ Código Alfanumérico: _____

Caracterização dos participantes da pesquisa

DATA DA COLETA: _____ / _____ / _____

1 DADOS SOCIODEMOGRÁFICOS:

Idade: _____ Gênero: _____ Profissão: _____

Grau de escolaridade: () Sem instrução () Educação infantil () Ensino fundamental () Ensino médio () Superior () Completo () Incompleto _____

Pós-Graduação: _____

Estado civil: () Solteiro () Casado () Separado () Divorciado () Viúvo () União estável () Outro

Tempo que mora em Florianópolis: _____

Tempo de atuação no transporte público de Florianópolis.

2 Roteiro semiestruturado para entrevista com profissionais do transporte público do terminal de integração no centro de Florianópolis (TICEN)

2.1 Na sua opinião, quais estratégias podem ser implementadas para melhorar o acesso aos deficientes visuais que usam o transporte público e que passam pelo TICEN? _____

2.2 O que pode ser feito para que os usuários do transporte público de Florianópolis possam melhor acolher as pessoas cegas que circulam pelo transporte público desta cidade? _____

2.3 Quais orientações devem compor um infográfico animado (informativo visual) para sensibilizar as pessoas que transitam pelo TICEN, para a acessibilidade dos deficientes visuais? _____

APÊNDICE B - INSTRUMENTO PARA COLETA DE DADOS DOS USUÁRIOS DO TRANSPORTE PÚBLICO DE FLORIANÓPOLIS



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
DEPARTAMENTO DE GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM

Entrevista nº _____ Código Alfanumérico: _____

Caracterização dos participantes da pesquisa

DATA DA COLETA: ____/____/____

1 DADOS SOCIODEMOGRÁFICOS:

Idade: _____ **Profissão:** _____

Grau de escolaridade: () Sem instrução () Educação infantil () Ensino fundamental () Ensino médio () Superior () Completo () Incompleto

Estado civil: () Solteiro () Casado () Separado () Divorciado () Viúvo () União estável () Outro

2 Roteiro semiestruturado para a entrevista individual usuários do TICEN de Florianópolis

2.1 Na sua opinião, quais estratégias podem ser implementadas para melhorar o acesso aos deficientes visuais que usam o transporte público e que passam pelo TICEN?

2.2 O que pode ser feito para que os usuários do transporte público de Florianópolis possam melhor acolher as pessoas cegas que circulam pelo transporte público desta cidade?

2.3 Quais orientações devem compor um infográfico animado (informativo visual) para que sensibilizar as pessoas que transitam pelo TICEN, para a acessibilidade dos deficientes visuais? _____

**APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO –
PROFISSIONAIS DO TRANSPORTE PÚBLICO DE FLORIANÓPOLIS (TCLE)**



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - PROFISSIONAIS

Prezado profissional do TICEN de Florianópolis,
Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa intitulada: “**infográfico animado para acessibilidade no cotidiano de pessoas com deficiência visual no transporte público de Florianópolis**”. Essa pesquisa será desenvolvida por Nino Carvalho Veras estudante do Curso de Graduação em Enfermagem da Universidade Federal de Santa Catarina , orientado pela Professora Dra. Adriana Dutra Tholl, cujo **objetivo** é construir um infográfico animado, a fim de minimizar as barreiras arquitetônicas e atitudinais da pessoa com deficiência visual no terminal de transporte público de Florianópolis. Informamos que o presente Termo de Consentimento Livre e Esclarecido atende todas as especificações da **Resolução 466/2012**. A pesquisa será realizada pelo **pesquisador principal** (Nino Carvalho Veras), em local mais privativo possível nas dependências do TICEN de Florianópolis. A coleta de dados será realizada por meio de entrevistas individuais, guiadas por um instrumento semiestruturado, com perguntas relacionadas ao acesso da pessoa cega no TICEN de Florianópolis. Toda pesquisa pode ocasionar **riscos**, mas se ocorrerem riscos, materiais e imateriais, eles serão mínimos como possíveis desconfortos como desconfortos psicológicos, estresse ou cansaço ao responder as perguntas. Nesse aspecto, o pesquisador realizará a condução da entrevista de modo a minimizar as consequências e preservar a integridade do participante, cessando a entrevista caso necessário, ou até o momento em que o participante se sinta confortável e apto a continuar, sendo-lhe prestada a assistência necessária. A pesquisa poderá trazer **benefícios** diretos ao participante, de modo a atender a necessidade de orientações simples e estratégias de aproximação com a pessoa cega em um terminal de transporte público, a fim de auxiliar a mesma no encontro do seu destino e/ou desviá-la das barreiras arquitetônicas. Indiretamente, esta pesquisa contribui para a autonomia e segurança, livre de obstáculos da pessoa cega, de modo a colaborar com a acessibilidade adequada dessas pessoas. Esclarecemos que a sua participação nessa pesquisa é totalmente **voluntária**, portanto, não é obrigatória e você poderá desistir desse estudo a qualquer momento, sem que isso lhe traga prejuízo ou punição de qualquer natureza. Sua participação na pesquisa não prevê nenhum tipo de pagamento, portanto você não terá nenhum custo relativo à participação. Contudo, conforme a Resolução 466/12 CNS/MS, fica garantido o ressarcimento para despesas previstas ou imprevistas, de qualquer natureza que possam vir a acontecer, além da garantia de indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa. Garantimos a manutenção da sua **privacidade, sigilo e confidencialidade** durante todas as fases da pesquisa. As informações fornecidas por você poderão ser acessadas sempre que desejar. Informamos também que os resultados desse trabalho poderão ser apresentados no prazo de até cinco anos, em encontros e/ou publicados em revistas científicas, entretanto mostrarão apenas os resultados obtidos como um todo, sem revelar seu nome, instituição, ou qualquer outro dado que revele a sua privacidade. Ao fim do

prazo os mesmos serão destruídos. Em qualquer etapa do estudo, você poderá ter acesso à pesquisador responsável pela investigação, bem como o contato de sua orientadora para esclarecimento de dúvidas: Enfa. Dra. Adriana Dutra Tholl, pelo endereço: Avenida Santa Catarina, 1130, apto 702, Canto/Florianópolis/SC, telefone:(48) 99902 5059, e-mail: adriana.dutra.tholl@ufsc.br, ou ainda com o pesquisador Nino Carvalho Veras, pelo endereço: Rua Joaquim Manoel Sarmiento 110 apto 1604, Bairro Kobrasol, São José/SC, CEP: 88102-440, telefone: (48) 99166-2979, e-mail: nino.cv79@gmail.com. Poderá também entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos - CEPESH da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, designado pela CONEP (Conselho Nacional de ética em Pesquisa), situado no endereço: Universidade Federal de Santa Catarina, Prédio Reitoria II, R: Desembargador Vitor Lima, nº 222, 7º andar, sala 701, bairro Trindade. CEP: 88.040-400, Florianópolis, Santa Catarina. Telefone: (48) 3721-6094. E-mail: cep.propesq@contato.ufsc.br. O horário de funcionamento é: segunda a sexta-feira, das 8h às 12h e das 14h às 18h. O CEPESH é um órgão colegiado interdisciplinar, deliberativo, consultivo e educativo, vinculado à Universidade Federal de Santa Catarina, mas independente na tomada de decisões, criado para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos. Duas vias deste documento deverão ser assinadas pelo participante e pesquisador responsável e todas as páginas deverão ser rubricadas, ficando o participante com uma das vias. O TCLE é um documento que traz importantes

informações de contato e garante os direitos como participante da pesquisa, portanto é orientado guardar cuidadosamente a via. Responsabilidade do pesquisador: Como pesquisadora, asseguro ter cumprido as exigências da Resolução N° 466/2012 CNS/MS e complementares na elaboração do protocolo e na obtenção deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Asseguro, também, ter explicado e fornecido uma via deste documento ao participante. Informo que o estudo foi aprovado pelo CEP perante o qual o projeto foi apresentado.

Consentimento livre e esclarecido: Após ter sido esclarecido sobre a natureza da pesquisa, seus objetivos, métodos, benefícios previstos, potenciais riscos e o incômodo que esta possa acarretar:

() Autorizo o registro de voz da minha entrevista.

() Não autorizo o registro de voz da minha entrevista.

Concordo em participar da pesquisa: Sim () Não ()

Nome do(a) participante: _____

Assinatura do participante: _____

Nome do(a) pesquisador: _____

Assinatura do pesquisador: _____

Local: _____

Data: ____ / ____ / ____

**APÊNDICE D – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
USUÁRIOS DO TRANSPORTE PÚBLICO DE FLORIANÓPOLIS (TCLE)**



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - PROFISSIONAIS

Prezado usuário do TICEN de Florianópolis,
Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa intitulada: “**infográfico animado para acessibilidade no cotidiano de pessoas com deficiência visual no transporte público de Florianópolis**”. Essa pesquisa será desenvolvida por Nino Carvalho Veras estudante do Curso de Graduação em Enfermagem da Universidade Federal de Santa Catarina, orientado pela Professora Dra. Adriana Dutra Tholl, cujo **objetivo** é construir um infográfico animado, a fim de minimizar as barreiras arquitetônicas e atitudinais da pessoa com deficiência visual no terminal de transporte público de Florianópolis. Informamos que o presente Termo de Consentimento Livre e Esclarecido atende todas as especificações da **Resolução 466/2012**. A pesquisa será realizada pelo **pesquisador principal** (Nino Carvalho Veras), em local mais privativo possível nas dependências do TICEN de Florianópolis. A coleta de dados será realizada por meio de entrevistas individuais, guiadas por um instrumento semiestruturado, com perguntas relacionadas ao acesso da pessoa cega no TICEN de Florianópolis. Toda pesquisa pode ocasionar **riscos**, mas se ocorrerem riscos, materiais e imateriais, eles serão mínimos como possíveis desconfortos como desconfortos psicológicos, estresse ou cansaço ao responder as perguntas. Nesse aspecto, o pesquisador realizará a condução da entrevista de modo a minimizar as consequências e preservar a integridade do participante, cessando a entrevista caso necessário, ou até o momento em que o participante se sinta confortável e apto a continuar, sendo-lhe prestada a assistência necessária. A pesquisa poderá trazer **benefícios** diretos ao participante, de modo a atender a necessidade de orientações simples e estratégias de aproximação com a pessoa cega em um terminal de transporte público, a fim de auxiliar a mesma no encontro do seu destino e/ou desviá-la das barreiras arquitetônicas. Indiretamente, esta pesquisa contribui para a autonomia e segurança, livre de obstáculos da pessoa cega, de modo a colaborar com a acessibilidade adequada dessas pessoas. Esclarecemos que a sua participação nessa pesquisa é totalmente **voluntária**, portanto, não é obrigatória e você poderá desistir desse estudo a qualquer momento, sem que isso lhe traga prejuízo ou punição de qualquer natureza. Sua participação na pesquisa não prevê nenhum tipo de pagamento, portanto você não terá nenhum custo relativo à participação. Contudo, conforme a Resolução 466/12 CNS/MS, fica garantido o ressarcimento para despesas previstas ou imprevistas, de qualquer natureza que possam vir a acontecer, além da garantia de indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa. Garantimos a manutenção da sua **privacidade, sigilo e confidencialidade** durante todas as fases da pesquisa. As informações fornecidas por você poderão ser acessadas sempre que desejar. Informamos também que os resultados desse trabalho poderão ser apresentados no prazo de até cinco anos, em encontros e/ou publicados em revistas científicas, entretanto mostrarão apenas os resultados obtidos como um todo, sem revelar seu nome, instituição, ou qualquer outro dado que revele a sua privacidade. Ao fim do

prazo os mesmos serão destruídos. Em qualquer etapa do estudo, você poderá ter acesso à pesquisadora responsável pela investigação, bem como o contato de sua orientadora para esclarecimento de dúvidas: Enfa. Dra. Adriana Dutra Tholl, pelo endereço: Avenida Santa Catarina, 1130, apto 702, Canto/Florianópolis/SC, telefone:(48) 99902 5059, e-mail: adriana.dutra.tholl@ufsc.br, ou ainda com o pesquisador Nino Carvalho Veras, pelo endereço: Rua Joaquim Manoel Sarmento 110 apto 1604, Bairro Kobrasol, São José/SC, CEP: 88102-440, telefone: (48) 99166-2979, e-mail: nino.cv79@gmail.com. Poderá também entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos - CEPSH da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, designado pela CONEP (Conselho Nacional de ética em Pesquisa), situado no endereço: Universidade Federal de Santa Catarina, Prédio Reitoria II, R: Desembargador Vitor Lima, nº 222, 7º andar, sala 701, bairro Trindade. CEP: 88.040-400, Florianópolis, Santa Catarina. Telefo: 3721-6094. E-mail: cep.propesq@contato.ufsc.br. O horário de funcionamento é: se sexta-feira, das 8h às 12h e das 14h às 18h. O CEPSH é um órgão colegiado interdisciplinar, deliberativo, consultivo e educativo, vinculado à Universidade Federal de Santa Catarina, mas independente na tomada de decisões, criado para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos. Duas vias deste documento deverão ser assinadas pelo participante e pesquisador responsável e todas as páginas deverão ser rubricadas, ficando o participante com uma das vias. O TCLE é um documento que traz importantes informações de contato e garante os direitos como participante da pesquisa, portanto é orientado guardar cuidadosamente a via. Responsabilidade do pesquisador: Como pesquisadora, asseguro ter cumprido as exigências da Resolução N° 466/2012 CNS/MS e complementares na elaboração do protocolo e na obtenção deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Asseguro, também, ter explicado e fornecido uma via deste documento ao participante. Informo que o estudo foi aprovado pelo CEP perante o qual o projeto foi apresentado.

Consentimento livre e esclarecido: Após ter sido esclarecido sobre a natureza da pesquisa, seus objetivos, métodos, benefícios previstos, potenciais riscos e o incômodo que esta possa acarretar:

() Autorizo o registro de voz da minha entrevista.

() Não autorizo o registro de voz da minha entrevista.

Concordo em participar da pesquisa: Sim () Não ()

Nome do(a) participante: _____ Assinatura do participante: _____

Nome do(a) pesquisador: _____

Assinatura do pesquisador: _____

Local: _____

Data: ____/____/____

APÊNDICE E – TABELA DE CATEGORIZAÇÃO DOS RESULTADOS DA COLETA DE DADOS JUNTO AOS USUÁRIOS E PROFISSIONAIS DO TRANSPORTE PÚBLICO DE FLORIANÓPOLIS

Relatos	Códigos	Subcategorias	Categorias
<p>“Ao ver um deficiente visual, perguntar para onde ele vai, se vai mudar de plataforma e oferecer ajuda” (EP1)</p> <p>“Dar informações, oferecer ajuda, de que forma o DV gostaria de receber ajuda; oferecer o braço ao invés de pegar o braço do DV ao direcioná-lo” (EU4)</p> <p>“Vai da consciência da pessoa, se colocar no lugar do outro, cedendo lugar que é direito da pessoa com deficiência no ônibus, por exemplo” (EP4)</p> <p>“Ter empatia e ser menos frios; ter consciência das limitações que levam um deficiente visual a chocar-se contra um usuário, por exemplo, deixando este nervoso” (EU5)</p> <p>“Deveria ter um profissional para auxiliar até onde eles querem ir” (EP1)</p> <p>“Deveria ter um funcionário para levar a pessoa até o ônibus, uma pessoa referência para direcionar” (EU7)</p>	<p><u>perguntar se precisa ajuda</u></p> <p><u>oferecer ajuda</u></p> <p><u>se colocar no lugar do outro</u></p> <p><u>ter empatia e ser menos frios</u></p> <p><u>ter um profissional para auxiliar</u></p> <p><u>ter um funcionário para levar a pessoa até o ônibus</u></p>	<p>Solidariedade orgânica: olhos que acolhem</p> <p>Movimento de aproximação: colocar-se no lugar do outro</p> <p>Pessoa referência para orientar o local de embarque</p>	<p>Dimensões Sensíveis às necessidades da pessoa com deficiência visual</p>
<p>“Pisos táteis com direcionamentos mais definidos” (EU2)</p> <p>“A questão dos pisos táteis são incompletos ou têm obstáculos... As pessoas não respeitam a sinalização para deficientes visuais, param encima ou apoiam suas mochilas” (EU9)</p> <p>“Condição sonora para facilitar, falando a linha que parou e para qual o destino desejam ir” (EU4)</p> <p>“Um trabalho de conscientização para que os deficientes visuais possam ir e voltar sem haver obstáculos, passageiros e profissionais precisam saber sobre as dificuldades” (EU9)</p>	<p><u>pisos táteis com direcionamento mais definidos</u></p> <p><u>pisos táteis são incompletos ou tem obstáculos... não respeitam as sinalizações, obstrui passagem</u></p> <p><u>condição sonora</u></p> <p><u>conscientização para que os deficientes visuais possam ir e vier</u></p>	<p>Acesso bem definido, seguro e livre de obstáculos</p> <p>Alerta sonoro</p> <p>Sensibilização para usuários e profissionais</p>	<p>Dimensões Físico Sensoriais às necessidades da pessoa com deficiência visual</p>

PÊNDE F - ROTEIRO DO INFOGRÁFICO ANIMADO

ROTEIRO: INFOGRÁFICO ANIMADO

Cena	Texto	Indicação da fala	Trilha	Lettering	Descrição da cena
1	Frase tema de abertura do infográfico				Frase aparece centralizada na tela em letras brancas com fundo da tela preto; aparecem dois olhos abaixo da frase.
2	Oi! Eu sou o Nino e sou deficiente visual.	Nino			Personagem com deficiência visual falando para o público (ele se encontra no terminal rodoviário e usa óculos escuros segurando uma bengala de cor branca).
3	Você conhece a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI) ou Estatuto da Pessoa com Deficiência, aprovado em 2015 tendo como objetivo garantir direitos de igualdade de condições e oportunidades para pessoas com certas limitações como eu?	Nino			Personagem fala enquanto aparece imagem relacionada à Lei de Inclusão da Pessoa com Deficiência.
4	Apesar da minha limitação visual, eu tenho uma vida social como você: eu tenho família, amigos, eu estudo, trabalho e faço uso do transporte público no meu dia a dia.	Nino			Personagem com Deficiência visual falando e aparece as imagens conforme ele menciona: família; amigos; estudo; trabalho e transporte público.
5	Aliás, eu gostaria de te falar como o acesso ao transporte público pode ser facilitado para mim.	Nino			Personagem com Deficiência visual falando enquanto aparece a imagem de um ônibus chegando.
6	Para ficar claro, o acesso, é quando eu chego ou entro no lugar e a acessibilidade é tudo aquilo que facilita ou dificulta o meu acesso.				Personagem com Deficiência visual falando enquanto aparece a imagem dele tendo livre acesso e, em seguida, o seu acesso dificultado por algo que impede a sua passagem, como um piso tátil descontinuo.
7	Então, seja empático, se colocando no meu lugar e me perceba quando passo por você, precisando de informação ou auxílio.	Nino			Personagem com deficiência visual falando para o público enquanto ele se encontra em meio às pessoas no terminal.
8	Me dê a informação correta para que eu não me perca no meu trajeto e possa chegar ao meu destino com mais facilidade e segurança.	Nino			Personagem com deficiência visual falando para o público (aparece alguém lhe dando informações).
9	Me ofereça o seu braço para que eu me guie segurando nele ou em seu ombro seguindo você até o local que procuro.				Personagem com deficiência visual falando para o público (aparece diferentes tipos de pessoas: vigia, funcionário do terminal, usuários acompanhando a PcDV).
10	Evite ficar encima da passagem com piso tátil e não coloque objetos no chão, sobre esse piso, senão eu posso tropeçar em você ou nos objetos.	Nino			Personagem com deficiência visual falando para o público (aparece o piso tátil obstruído por pessoas, objetos e grades tendo um X de reprovação sobre as imagens).
11	Não destrua e não deixe que ninguém destrua as placas informativas em braille que se encontram nas colunas do terminal. Elas trazem as informações de que preciso.	Nino	-	-	Personagem com deficiência visual falando para o público enquanto aparece uma placa informativa em Braille que se encontra fixa à coluna ou parede.
12	Facilite o meu acesso com o meu cão guia, se ele estiver comigo.	Nino			Personagem com deficiência visual falando para o público enquanto caminha com o seu cão guia.
13	Também peço que o motorista estacione o ônibus perto da plataforma de embarque e desembarque, isso me ajuda muito ao entrar ou sair do transporte.	Nino			Personagem com deficiência visual falando para o público (aparece vão entre ônibus e plataforma de embarque e desembarque com um X de reprovação).

14	<p>É muito importante que, antes de prestar auxílio à pessoa com deficiência visual, você repare na cor de sua bengala, pois ela mostra o grau de limitação da pessoa com deficiência visual.</p> <p>*se a bengala for branca, a pessoa é <u>totalmente</u> cega;</p> <p>*se bengala for verde: a pessoa tem baixa visão;</p> <p>*e se a bengala for branca com vermelho, isso mostra que a <u>pessoa</u>, <u>não</u> ouve e não enxerga.</p>	Nino			<p>Personagem com deficiência visual falando para o público (aparece desenho dos 3 diferentes tipos de personagens, cada um com uma bengala diferente: branca; verde; branca e vermelha.</p>
15	<p>Facilitar o meu acesso é permitir a minha inclusão; é reduzir as desigualdades e contribuir com os objetivos de desenvolvimento sustentável. Então, seja os meus olhos por um momento do dia!</p>	Nino			<p>Personagem com deficiência visual falando para o público (aparece uma frase de impacto <u>para fechar</u> a fala do personagem, que se encontra no centro da tela acompanhado pelo seu cão guia.</p>

ANEXO A - AUTORIZAÇÃO PARA FINS DE PESQUISA CIENTÍFICA**SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E INFRAESTRUTURA**
Diretoria de Gestão e Operação de Transportes

Florianópolis, 08 de fevereiro de 2024.

Comunicação externa

Ao Comitê de Ética e Pesquisa com seres humanos da UFSC (SEPSH/UFSC).

Assunto: Autorização especial para fins de pesquisa científica.

A Diretoria de Gestão e Operação de Transportes da Secretaria Municipal de Transportes e Infraestrutura da Prefeitura de Florianópolis autoriza o discente Nino Carvalho Veras a realizar questionários com funcionários que trabalham na operação de transporte no TICEN bem como com usuários para fins de coleta de dados para seu trabalho de conclusão de curso.

O trabalho está sendo orientado pela Profª Drª Adriana Dutra Tholl tendo como título: Infográfico animado para acessibilidade no cotidiano de pessoas com deficiência visual no transporte público de Florianópolis.

Atenciosamente,

Renato César de Oliveira
Diretor de Gestão e Operações
do Transporte
Município de Florianópolis

Renato César de Oliveira
Diretor de Gestão e Operações do Transporte
Matrícula 65891-0

Florianópolis, 08 de fevereiro de 2024.

ANEXO B – PARECER DO CEP/UFSC

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
SANTA CATARINA - UFSC



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: INFOGRÁFICO ANIMADO PARA ACESSIBILIDADE NO QUOTIDIANO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL NO TRANSPORTE PÚBLICO DE FLORIANÓPOLIS

Pesquisador: Adriana Dutra Tholl

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 77561024.3.0000.0121

Instituição Proponente: CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.712.111

Apresentação do Projeto:

As informações que seguem e as elencadas nos campos "Objetivo da pesquisa" e "Avaliação dos riscos e benefícios" foram retiradas do arquivo PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_...pdf, de 17/02/2024, preenchido pelos pesquisadores.

Segundo os pesquisadores:

Resumo:

Introdução: A deficiência visual parcial ou total é algo muito presente nos dias atuais, apesar de nem todas as pessoas fora desse grupo se darem conta disso, assim o enfermeiro, através de projetos de educação em saúde, traz um novo olhar social a essa problemática. Em Florianópolis, também é perceptível a grande quantidade de deficientes visuais que

circulam na cidade, sobretudo no centro, e que utilizam o transporte público enfrentando, diariamente, barreiras físicas e atitudinais que dificultam o seu direito de ir e vir, direito pregado pela lei de atenção à pessoa com deficiência, mas que nem sempre lhe é assegurado como deveria ser. **Objetivo:** Construir um infográfico animado a fim de minimizar as barreiras arquitetônicas e atitudinais da pessoa com deficiência visual no terminal de transporte público de Florianópolis. **Método:** Trata-se de uma pesquisa metodológica, de abordagem qualitativa,

Endereço: Universidade Federal de Santa Catarina, Prédio Reitoria II, R: Desembargador Vitor Lima, nº 222, sala 701
Bairro: Trindade **CEP:** 88.040-400
UF: SC **Município:** FLORIANOPOLIS
Telefone: (48)3721-6094 **E-mail:** cep.propesq@contato.ufsc.br

Continuação do Parecer: 6.712.111

que será desenvolvida entre os meses de abril e maio de 2024. Participarão da pesquisa profissionais do transporte público de Florianópolis e usuários do transporte público de Florianópolis. A coleta de dados será realizada por meio de entrevistas individuais, guiadas por um modelo semiestruturado, sendo os dados analisados por meio da Análise de Conteúdo. O infográfico animado será desenvolvido em quatro etapas: revisão da literatura; entrevistas com usuários do transporte público de Florianópolis e profissionais do transporte público no TICEN de Florianópolis; construção do infográfico animado a partir das fases: pré-produção, produção e pós-produção; implementação da tecnologia. Resultados esperados: Acredita-se que o infográfico animado possa sensibilizar as pessoas que circulam pelo transporte público de Florianópolis, bem como os profissionais e as Empresas de ônibus, para as necessidades da pessoa cega, de modo a possibilitar a quebra de barreiras atitudinais e arquitetônicas.

Hipótese:

O enfermeiro é um profissional da saúde que atua em diversas áreas, com destaque para a educação em saúde nos diferentes cenários. Deste modo, apresentar de forma lúdica informações sobre os direitos e as necessidades da pessoa com deficiência visual, por meio de um infográfico animado, pode sensibilizar a sociedade e os profissionais e a gestão serviço de transporte público de Florianópolis, para a redução de barreiras arquitetônicas e atitudinais.

Metodologia Proposta:

Trata-se de um estudo metodológico de abordagem qualitativa para o desenvolvimento de uma tecnologia educacional para construir um infográfico animado. A pesquisa será realizada no Terminal de Integração do Centro (TICEN) de Florianópolis, nos meses de abril e maio de 2024. Participarão da pesquisa usuários do transporte público de Florianópolis e profissionais do transporte público no TICEN. Desta forma, a pesquisa desenvolverá as seguintes etapas: PRIMEIRA ETAPA: a revisão narrativa; SEGUNDA ETAPA: a entrevista individual com transeuntes e profissionais do transporte público, no terminal de Florianópolis, por meio de um instrumento semiestruturado, com duração de até 30 minutos, sendo os dados analisados por meio da Análise de Conteúdo; TERCEIRA ETAPA: produção do infográfico animado, a partir das fases: pré-produção, produção e pós-produção e QUARTA ETAPA: implementação da tecnologia no Terminal de Integração do Centro (TICEN). A pesquisa atende as recomendações da Resolução CNS 466/12.

Endereço: Universidade Federal de Santa Catarina, Prédio Reitoria II, R: Desembargador Vitor Lima, nº 222, sala 701
Bairro: Trindade **CEP:** 88.040-400
UF: SC **Município:** FLORIANOPOLIS
Telefone: (48)3721-6094 **E-mail:** oep.propesq@contato.ufsc.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
SANTA CATARINA - UFSC



Continuação do Parecer: 6.712.111

Critério de Inclusão:

usuários do transporte público que passam pelo centro de Florianópolis, maiores de 18 anos e profissionais do transporte público de Florianópolis, de maior idade.

Critério de Exclusão:

usuários do transporte público maiores de 18 anos, que passam pelo centro de Florianópolis e que não têm interesse de participar da pesquisa e profissionais do transporte público de Florianópolis que estiverem afastados devido a férias ou licença saúde.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Construir um infográfico animado, a fim de minimizar as barreiras arquitetônicas e atitudinais da pessoa com deficiência visual no terminal de transporte público de Florianópolis.

Objetivo Secundário:

Verificar como os passageiros de um terminal de transporte público de Florianópolis percebem o deslocamento e/ou acessibilidade da pessoa com deficiência visual.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Toda pesquisa pode ocasionar riscos materiais e imateriais, sendo que nesta pesquisa poderão ocorrer possíveis desconfortos restritos a problemas de comunicação e mobilização emocional relacionada à reflexão sobre a acessibilidade da pessoa cega no TICEN de Florianópolis, como desconfortos psicológicos, estresse ou cansaço ao responder as perguntas. Nesse ponto, o pesquisador realizará a condução da entrevista de modo a minimizar as consequências e preservar a integridade do participante, buscando um espaço mais reservado, cessando a entrevista caso necessário, ou até o momento em que o participante se sinta confortável e apto a continuar, sendo-lhe prestada a assistência necessária.

Benefícios:

Endereço: Universidade Federal de Santa Catarina, Prédio Reitoria II, R: Desembargador Vitor Lima, nº 222, sala 701
Bairro: Trindade **CEP:** 88.040-400
UF: SC **Município:** FLORIANOPOLIS
Telefone: (48)3721-6094 **E-mail:** oep.propesq@contato.ufsc.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
SANTA CATARINA - UFSC



Continuação do Parecer: 6.712.111

A pesquisa poderá trazer benefícios diretos ao participante, de modo a atender a necessidade de orientações simples e estratégias de aproximação com a pessoa cega em um terminal de transporte público, a fim de auxiliar a mesma no encontro do seu destino e/ou desviá-la das barreiras arquitetônicas. Indiretamente, esta pesquisa contribui para a autonomia e segurança, livre de obstáculos da pessoa cega, de modo a colaborar com a acessibilidade adequada dessas pessoas.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Informações retiradas primariamente do formulário com informações básicas sobre a pesquisa gerado pela Plataforma Brasil e/ou do projeto de pesquisa e demais documentos postados, conforme lista de documentos e datas no final deste parecer.

Trabalho de conclusão de curso de Nino Carvalho Veras, orientado pela Prof^ª. Dr^ª. Adriana Dutra Thol do Curso de Enfermagem da UFSC.

Trata-se de um estudo metodológico de abordagem qualitativa que ocorrerá nas dependências do Terminal de Integração do Centro (TICEN) de Florianópolis com a participação de 10 profissionais do transporte público de Florianópolis e 10 usuários do transporte público de Florianópolis. A coleta de dados será realizada por meio de entrevistas individuais, em espaço mais reservado, guiadas por um instrumento semiestruturado, obtendo dados sobre a caracterização dos participantes, contendo perguntas abertas referentes ao acesso da pessoa cega no TICEN de Florianópolis. A duração da abordagem será no máximo 30 minutos. As respostas serão transcritas na íntegra e posteriormente submetidas à análise de conteúdo. O infográfico animado será desenvolvido em quatro etapas: revisão da literatura; entrevistas com usuários do transporte público de Florianópolis e profissionais do transporte público no TICEN de Florianópolis; construção do infográfico animado a partir das fases: pré-produção, produção e pós-produção; implementação da tecnologia. O TCLE apresentado atende a todas as exigências da Resolução CNS nº 466/12.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Vide campo "Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações."

Recomendações:

Vide campo "Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações."

Endereço: Universidade Federal de Santa Catarina, Prédio Reitoria II, R: Desembargador Vitor Lima, nº 222, sala 701
Bairro: Trindade **CEP:** 88.040-400
UF: SC **Município:** FLORIANOPOLIS
Telefone: (48)3721-6094 **E-mail:** cep.propesq@contato.ufsc.br

Continuação do Parecer: 6.712.111

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

1) Projeto sem pendências ou inadequações, pela aprovação.

2) Relatórios parcial e final devem ser enviados ao CEP/SH/UFSC, inicialmente em seis meses e após o término da pesquisa.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2288532.pdf	17/02/2024 12:57:01		Aceito
Folha de Rosto	Folha_Rosto_NINO_assinado.pdf	17/02/2024 12:55:45	Adriana Dutra Tholl	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_02.pdf	17/02/2024 12:29:26	Adriana Dutra Tholl	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_01.pdf	17/02/2024 12:29:02	Adriana Dutra Tholl	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_de_pesquisa.pdf	16/02/2024 16:54:16	Adriana Dutra Tholl	Aceito
Declaração de concordância	Declaracao_de_concordancia.pdf	16/02/2024 16:41:30	Adriana Dutra Tholl	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

FLORIANOPOLIS, 19 de Março de 2024

Assinado por:
Luciana C Antunes
(Coordenador(a))

Endereço: Universidade Federal de Santa Catarina, Prédio Reitoria II, R: Desembargador Vitor Lima, nº 222, sala 701
Bairro: Trindade **CEP:** 88.040-400
UF: SC **Município:** FLORIANOPOLIS
Telefone: (48)3721-6094 **E-mail:** cep.propesq@contato.ufsc.br



PARECER FINAL DA ORIENTADORA SOBRE O TCC

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), intitulado “**ACESSO E ACESSIBILIDADE DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL NO QUOTIDIANO DO TRANSPORTE PÚBLICO: CONSTRUÇÃO DE UM INFOGRÁFICO ANIMADO**”, desenvolvido pelo estudante do Curso de Graduação em Enfermagem da UFSC, Nino Carvalho Veras, chama a atenção para as necessidades das pessoas com deficiência visual ao usarem o transporte público. Apresenta informações e estratégias de acesso e acessibilidade, destacando a importância de promover um ambiente seguro, acessível e inclusivo para todos, em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, nomeadamente no que diz respeito à *redução de desigualdades e cidades e comunidades sustentáveis*.

Ressalta-se a originalidade do estudo, a temática relevante e a qualidade deste TCC, bem como o envolvimento do estudante em todas as etapas de construção deste estudo. Sua trajetória acadêmica e o envolvimento com os estudos corroboraram com a qualidade deste estudo.

Desejo sucesso ao meu querido Nino!

Florianópolis, 09/12/2024.



Documento assinado digitalmente

Adriana Dutra Tholl

Data: 09/12/2024 16:58:15-0300

CPF: ***.329.269-**

Verifique as assinaturas em <https://s.ufsc.br>

Adriana Dutra Tholl